

Capitalismo, crise sistêmica e desigualdades¹

Fábio Guedes Gomes²

Resumo: O trabalho tem como objetivo geral analisar as características da crise econômica internacional, especificamente as crises do *subprime* estadunidense e das dívidas soberanas europeias, numa perspectiva sistêmica, como a crise estrutural do regime de produção capitalista. Os objetivos específicos são: i) comparar as consequências socioeconômicas da crise sistêmica nos Estados Unidos e Europa com o desempenho recente da periferia, especialmente da América do Sul; ii) compreender a crise como um problema sistêmico; iii) refletir no curso histórico-econômico, nas contradições e principais desafios do atual processo de acumulação de capital. O referencial teórico privilegia a economia política crítica e história econômica, pois o rigor metodológico e análises de autores, como Harvey, Altwater, Chesnais, Arrighi etc., ajudam a compreender o caráter sistêmico das recorrentes crises do capitalismo. Foram trabalhadas as bases estatísticas do IMF, Eurostat, U.S. BEA e CEPAL. Nas conclusões destacam-se as seguintes ocorrências: i) a tendência para a continuidade da crise internacional; ii) o bom desempenho socioeconômico dos países da

¹A versão anterior foi apresentada no Fórum Social Mundial 2013 em Túnis, Tunísia. O autor agradece as críticas e sugestões dos professores José Murilo Philligret (UFBA), Eduardo Costa Pinto (IE-UFRJ), Romilsom Cabral (UFRPE), Sinedei Moura (UFCG), Joacir de Aquino (UERN), Cícero Péricles (FEAC/UFAL) e Fabrício Augusto de Oliveira (Escola do Legislativo do Estado de Minas Gerais), José Bezerra de Araújo (UFCG) e Reginaldo Souza Santos (EA/UFBA). Todos, sem dúvida, estão isentos dos problemas e lacunas aqui encontrados. Agradecemos o apoio e discussão dos alunos do Programa de Educação Tutorial e Mestrado do curso de Economia da FEAC/UFAL.

²Economista e Mestre em Economia, Professor Doutor em Administração. Atualmente leciona na Universidade Federal de Alagoas no Programa de Pós-Graduação em Economia. E-mail: fbgg30@yahoo.com.br

América do Sul não é suficiente para mudanças estruturais capazes de eliminar o subdesenvolvimento; iii) a crise sistêmica do capitalismo continuará pressionando os recursos naturais e exigirá mais criação e apropriação de riqueza à expensas das condições sociais e econômicas dos trabalhadores.

Palavras-chave: Capitalismo. Crise sistêmica. Desemprego. América do Sul.

Capitalism, systemic crisis and inequalities

Abstract: The paper aims at analyzing the characteristics of the international economic crisis, specifically the U.S. subprime crisis and European sovereign debt, within a systemic perspective, as a structural crisis of the system of capitalist production. The specific objectives are: i) to compare the socioeconomic consequences of the systemic crisis in the United States and Europe with the recent performance of the periphery, especially South America, ii) understand the crisis as a systemic problem iii) reflect on the historical-economic cause and the contemporary capital accumulation process, its central contradiction and main challenges. The theoretical framework focuses on critical political economy and economic history, as the methodological rigor and analysis of authors like Harvey, Altwater, Chesnais, Arrighi etc., help in understanding the systemic nature of the recurrent crises of capitalism. We worked on the basis of IMF statistics, Eurostat, U.S. BEA and ECLAC. The conclusions are: i) the trend of international crisis continued for a long period ii) the favorable socio-economic performance of the countries of South America is not yet capable of deeper structural changes that eliminate underdevelopment iii) the systemic crisis of capitalism will continue pressing natural resources and require more creation and appropriation of wealth at the expense of social and economic conditions of workers.

Keywords: Capitalism. Systemic crisis. Unemployment. South America.

1 Introdução

O mundo está testemunhando acontecimentos muito importantes nesse início do século XXI. Desde a década de 1970, o capitalismo, em escala internacional, vem processando mudanças estruturais e institucionais na forma de apropriação e expropriação, cujas consequências só aumentam as incertezas sobre o futuro do sistema e o

destino da humanidade. Certamente, não podemos nos comparar com as primeiras décadas do século XX, pois os conflitos territoriais entre as grandes potências e o modo de produção, em franco desenvolvimento, causaram, na primeira metade do século, o que o historiador britânico Eric Hobsbawm (1995) acertadamente denominou o ápice da Era dos Extremos. Duas grandes guerras mundiais, uma crise estrutural do capitalismo e um vácuo de liderança hegemônica permitiram as disputas e os conflitos interestatais. Esses fatos históricos destruíram vidas e famílias, sacudiram a sociedade mundial e jogaram alguns povos na barbárie e na calamidade. Como dizia o velho mouro Karl Marx, “o capital pinga sangue e fogo da cabeça aos pés, por todos os poros”. Por outro lado, na contemporaneidade, diferentes ameaças estão no horizonte da humanidade e o sistema de produção capitalista se expande e intensifica os inevitáveis momentos de crises. Tais ameaças alcançam altos graus de complexidade e forças avassaladoras.

O que vemos acontecer na segunda metade da década de 2000 parece ser um alerta. O capitalismo sem “peias”, sob a hegemonia da cultura e práticas rentistas e especulativas, em parceria com os Estados, não deve continuar por muito tempo, porque ameaça a humanidade diante da corrosão da relação sociedade–natureza. As crises das hipotecas *subprime* nos Estados Unidos e das dívidas soberanas na União Europeia, especialmente na Zona do Euro, demonstraram a ferocidade da destruição de riqueza e direitos na sociedade internacional, principalmente quando o sistema econômico se direciona para a acumulação de riqueza sem compensações econômicas e sociais. Isso alargou o que Polanyi (2011) chamou desraizamento da economia da sociedade.

Este texto, portanto, tem como objetivo geral analisar essas duas crises econômicas numa perspectiva mais sistêmica³, diferente das análises compartimentadas e, ao mesmo tempo, contextualizar essa crise nas mudanças estruturais e institucionais ocorridas desde a década de 1970 no modo de produção capitalista. Ao considerarmos as instabilidades em um movimento de crise mais sistêmica, torna-se importante refletir no caráter do capitalismo contemporâneo e seus

³ Hipótese também compartilhada por Padilla (2011).

dilemas centrais. Para tanto, o texto está subdividido em três seções, além desta breve introdução. A segunda parte busca compreender os fatores, determinantes e consequências das crises que marcam o início do século XXI. Enfocamos nessa seção o problema do crescimento do desemprego e desigualdade de riqueza em regiões que estão no coração do sistema capitalista. Na terceira seção, apresentamos e discutimos um movimento inverso que acontece na América do Sul, quando se observam fenômenos como crescimento da renda, do emprego e atenuação das desigualdades sociais. Na quarta seção, refletimos de modo mais geral sobre o funcionamento do capitalismo, com destaque para seus dilemas e principais contradições contemporâneas. A pretensão é compreender as crises em sua dimensão sistêmica e como as perspectivas do trabalho e meio ambiente podem inserir-se nesse contexto.

2 Crescimento das desigualdades no Primeiro Mundo – EUA e Europa

2.1 EUA: a crise do subprime e o desemprego

Desde o fatídico setembro de 2008, quando o mega banco norte-americano *Lehman Brothers* faliu, a economia internacional entrou num ciclo recessivo, comparável somente à década de 1930, quando o capitalismo mundial ingressou numa forte depressão. Para os economistas, há uma diferença entre recessão e depressão. Segundo eles, o primeiro termo constitui um ciclo econômico em que há fortes quedas no ritmo da atividade econômica, geração de desemprego e consequente redução da renda. Entretanto, esse fenômeno é variavelmente revertido com doses substanciais de intervenção estatal, por meio de políticas fiscal, monetária e medidas cambiais.

Por outro lado, a depressão é um movimento mais forte na economia capitalista. Aqui, não se tem ideia do fim do poço do ciclo recessivo e o clima dos negócios (funcionamento dos mercados) fica tão abalado que os agentes econômicos (famílias e empresas) não confiam sequer nas medidas tomadas pelo Estado capitalista. Além disso, as expectativas de incerteza são gerais, duradouras e praticamente irreversíveis.

Depois de 2008, o mundo capitalista desenvolvido, sobretudo Estados Unidos e Europa, esteve muito próximo de uma depressão. Se esse ponto não foi alcançado, estabeleceu-se rapidamente um grande *mal estar na civilização*, conforme o título de um clássico ensaio de Sigmund Freud. Como veremos mais adiante, somente na União Europeia, o número de cidadãos em estado de pobreza e exclusão social alcançou 120 milhões, em 2012. E o ritmo de crescimento entre 2009 e 2010 foi surpreendente e assustador. Esses dados são suficientes para afirmar que uma ameaça de ruptura paira sobre o velho continente em razão da crise das desigualdades sociais e de riqueza.

Mas quais as principais razões dessa crise que afetou seriamente o centro das economias que lideram o modo de produção capitalista? A explicação para tal pergunta não está numa resposta simples, como querem alguns economistas de linhagem burguesa, geralmente influentes nos principais jornais do Primeiro Mundo, como o *The Economist* e o *Financial Times*, e “munidos” de arsenais matemáticos nos principais centros de pesquisas de universidades e órgãos do Primeiro Mundo⁴. Ora, as razões são históricas e somente por meio de uma crítica da economia política é que se pode visualizar o que vem ocorrendo nas últimas quatro décadas.

Atualmente, um grande fator de instabilidades é o processo de transição, com a gradativa corrosão da hegemonia norte-americana (ARRIGHI, 1996; FIORI, 1999). É preciso considerar que os Estados Unidos deixaram de representar a locomotiva do mundo e começaram a perder importância econômica década de 1970 (GONÇALVES, 2000). No entanto, aquele País ainda é responsável por um quinto do Produto

⁴ Em novembro de 2008, Sua Majestade a rainha Elizabeth II, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e dos seus Outros Reinos e Territórios, perguntou aos economistas da prestigiada *London School of Economics* por que eles não previram os fatos e a chegada da crise atual. Como não souberam responder, assinaram um atestado de insuficiência teórica e analítica. A mesma pergunta poderia ter sido feita em outros grandes centros do “saber” do Primeiro Mundo e, invariavelmente, a resposta seria idêntica. Altvater (2010, p. 80-81) compreende dessa maneira a crise dos paradigmas neoclássicos em explicar a realidade capitalista: “Em consequência do *desarraigamento* da economia da sociedade [termo cunhado por Polanyi, 2000] e do seu reflexo teórico na forma de uma economia sem vida, matematizada, formalizada e sem fundamentação em qualquer teoria social, a economia capitalista real não pode ser mais compreendida como um acontecimento social. Com sua falta de conceitos, essa espécie de ciência econômica perde, no entanto, uma parte considerável da sua utilidade mesmo para os ideólogos que a difundem”. Ver também o excelente artigo crítico de Delfim Netto (2012).

Interno Produto (PIB) mundial (número superior ao da China) e lidera setores de ponta na tecnologia moderna. Além disso, os EUA reúnem o maior e mais sofisticado complexo militar-industrial do planeta, um sistema financeiro (*Wall Street*) responsável por reciclar boa parte da riqueza mundial e um setor de entretenimento e diversão que movimenta milhões de turistas por ano. Concordamos com Fiori (1999, p. 73), segundo o qual, apesar da deterioração da hegemonia estadunidense e numa situação que parece apontar para o crescimento de uma situação política e econômica mais multipolar, na ausência de contrapoderes mais fortes, “os Estados Unidos vêm exercendo uma função arbitral e tutelar em escala mundial”.

Embora reunidos aspectos como poder econômico, político e militar, o que fundamenta a crença de que a maior economia do planeta esteja perdendo espaço e importância internacional (WALLERSTEIN, 2005)? Em primeiro lugar, é preciso considerar que o setor industrial dos Estados Unidos deslocou grandes e importantes firmas para outros países, com larga vantagem sobre as condições de atração de investimento oferecidas pela China. Esse aspecto faz da China, hoje, a grande fábrica do mundo, uma vez que praticamente todos os produtos que consumimos estampam em seus corpos o logo *made in China*. Não obstante parte considerável do processo de desenvolvimento científico e tecnológico permanecer nas universidades e laboratórios dos Estados Unidos, não se pode considerar marginal a transferência de capital industrial para a China nos últimos trinta anos.

Outro elemento de corrosão da posição internacional dos Estados Unidos é sua base de financiamento, principalmente as condições de endividamento, tanto pública como externa. Como se sabe, a dívida pública norte-americana ultrapassa o PIB (em 2012, estimado em 14 trilhões de dólares) em 100% e o déficit externo está, em média, em 5% do PIB por ano. Os desequilíbrios no balanço de pagamentos estadunidense são alimentados pelos saldos comerciais negativos, principalmente em razão das importações de produtos da China.

As causas determinantes da dívida pública americana são os elevados gastos do Estado, principalmente com financiamento à

pesquisa, compras para o complexo militar-industrial, proteção das suas bases militares e manutenção de homens no exterior. Por outro lado, o próprio financiamento dos saldos negativos na balança comercial também pressiona o endividamento, custeado, em grande parte, pela poupança externa, principalmente da China, Japão, parte da Europa, países exportadores de petróleo e dos chamados emergentes.

O historiador Arrighi, em sua esplendorosa obra *O Longo Século XX* (1996), afirma que existe um processo de transição hegemônica em curso. A expansão das atividades financeiras como carro-chefe do capitalismo, ou seja, a acumulação e especulação rentista são sinais evidentes desse tipo de mudança. Para ele, aqueles países que assumiram posições hegemônicas viram esse posto se deteriorar diante do crescimento de competidores e dos seus respectivos mercados financeiros, uma demonstração de que o processo de acumulação estava sendo transferido para outros lugares, como foi o caso da Inglaterra no fim do século XIX.

Assim como a Holanda e a Inglaterra, os Estados Unidos, desde o fim da década de 1970, expandem suas operações especulativas e rentistas e funcionam como um verdadeiro coração financeiro mundial, massem a capacidade produtiva e de criação de riquezas. Portanto, a financeirização da riqueza precede e são compatíveis com mudanças no quadro da hegemonia internacional. Arrighi argumenta, como vários outros intelectuais da esquerda científica, que esse processo de mudança vem acontecendo desde o início da década de 1970.

Os aspectos acima mencionados são características dessa dinâmica. Portanto, as crises mais intensas e profundas, como a que o mundo presenciou em 1929 e a que está assistindo desde 2007/2008, configuram o desenvolvimento capitalista.

Dessa forma, o fato de os Estados Unidos terem dificuldades de financiar suas dívidas pública e externa (o que é uma necessidade premente) coloca-os em situação vulnerável. O império contemporâneo necessita da cooperação (forçada ou voluntária) de países com superávit no comércio mundial, como Japão, China, Coreia do Sul, países árabes

produtores de petróleo e demais da periferia, que “nadam” em dólares (alguns, puxados pelo crescimento da economia chinesa nas três últimas décadas). Com 24% da economia mundial (dados de 2008), os Estados Unidos permanecem como os principais acionistas, isto é, controlam o capitalismo global e orientam a política internacional. Entretanto, a crise de 2007/2008 e o abalo estrutural no sistema de crédito e financeiro do País aumentaram as desconfianças em relação à economia capitalista líder, apesar de boa parte da riqueza mundial ainda financiar os seus déficits. Assim como no plano militar, a potência imperial continua arbitrando geopolítica internacional no plano geoeconômico e influenciando decisivamente os fluxos monetários na formação da riqueza rentista e na diplomacia do dólar como padrão mundial de pagamentos.

É difícil apontar uma única causa para a crise de 2007/2008 nos Estados Unidos. Mas uma questão é relevante: como afirma o grande economista-sociólogo brasileiro Francisco de Oliveira (2009), foi a primeira grande crise no contexto de intenso e crescente processo de produção de mais-valia na China⁵. O que será que Oliveira quis dizer com isso? Na verdade, ele nunca desenvolveu profundamente essa opinião, mas quis afirmar que a estrutura política e econômica do capitalismo ascendente chinês propicia condições favoráveis à produção capitalista em outros países desenvolvidos. Por exemplo, a precária situação das relações sociais de produção, com extensa jornada de trabalho, o elevado nível de disciplina exigido do trabalhador e a intensificação da força de trabalho reforçam a exploração do trabalhador e os altos níveis de extração de mais-valia. Não é à toa que a produção em escala e a diversidade de mercadorias produzidas na China, por meio, tanto de empresas nacionais quanto estrangeiras, assumem níveis jamais vistos na história do capitalismo.

Como essas mercadorias carregam o valor de troca, essencial à continuidade do processo de produção, a realização das vendas, no mercado internacional, torna a economia chinesa cheia de divisas estrangeiras, sobretudo dólares. Parte deles se direciona para outros

⁵ Confira em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15900>.

mercados como pagamento das importações chinesas. Outra parcela, não desprezível, segue principalmente para os Estados Unidos, atraída pela segurança e rentabilidade dos títulos públicos e privados, oferecidos por *Wall Street* e pelos mercados secundários de papéis públicos. A afirmação de Oliveira relaciona a entrada de dólares na economia norte-americana, cuja origem é a própria produção de valor na China, com o aumento da liquidez em *Wall Street*.

A oferta de dinheiro barato, as *subprimes*, veio das aplicações chinesas em títulos do tesouro americano, cujo FED deixou os bancos privados expandirem o crédito para além de qualquer critério. Já em março de 2005, Ben Bernanke, então importante economista de Princeton, alertava para o risco da utilização dos empréstimos chineses para financiar os pesados gastos das famílias norte-americanas, em hipotecas de casas e carros (OLIVEIRA, 2009).⁶

Portanto, a crise do *subprime*, como ficou conhecida a crise de 2007/2008, foi o ápice do processo de deslocamento da curva de empréstimos concedidos por várias instituições financeiras. Abarrotadas de recursos, elas buscam novas fronteiras de ganhos rentistas, cuja ampliação ocorre desde o fim da década de 1970, quando as classes sociais vinculadas aos mercados financeiros ganharam a hegemonia política e conseguiram influenciar, decisivamente, os governos de Reagan (EUA) e Thatcher (Inglaterra).

O surgimento de “produtos financeiros”, na esteira do amplo e complexo processo de desregulamentação, descompartmentalização e liberalização financeira, muito bem apresentado por Gowan (2004)⁷, rendeu lucros (conforme gráfico abaixo), apesar de a taxa de investimento e o crescimento econômico não terem acompanhado tal ritmo nas economias capitalistas centrais, como pontuou Anderson (1995) em excelente balanço do neoliberalismo. O gráfico mostra também que, justamente após a vitória de políticos conservadores na Europa e nos Estados Unidos e depois de uma queda no início da década de 1970, as

⁶ Ver também Landler (2009).

⁷ Ver também Gontijo e Oliveira (2012, p. 52 ss.).

taxas de lucros voltaram a crescer acentuadamente. Essa recuperação foi possível no bojo das estratégias de administração política do mundo, cuja filosofia geral são as práticas neoliberais. Portanto, a expansão das atividades especulativas deu-se em razão da necessidade de o sistema capitalista remediar a diminuição da rentabilidade do capital e contrarrestar a tendência à queda da taxa de lucro, principalmente nas áreas dominantes do sistema (CARCANHOLO, 2011).

É importante ressaltar que as atividades econômicas no capitalismo são, por natureza, especulativas. Entretanto, é no mercado de produtos e serviços que geram rendas que a especulação ocupa um espaço privilegiado. Ou seja, conceder um empréstimo, aplicar em um fundo de investimento ou em outro produto financeiro significa apostar que, no futuro, o tomador tenha condições de devolver a quantia usada. E mais: que o fundo de investimento traga um retorno positivo sobre a aplicação e assim por diante.

Gráfico 1 – Comportamento da taxa de lucro da economia privada – Europa e Estados Unidos, 1960-2002 (%)



Fonte: Duménil e Lévy (2005, p. 90). Os dados da Europa se referem às economias da Alemanha, França e Reino Unido.

No mercado imobiliário, isso não é diferente, pois, além das construtoras envolvidas na produção direta de uma mercadoria de valor alto, é preciso realizar esse valor no mercado (venda) para que os bancos

e/ou financiadoras ofertem crédito. O objetivo é criar condições para que os compradores adquiram as mercadorias (imóveis), de acordo com a capacidade futura dos devedores para auferir renda e honrar os contratos.

Trata-se de atividades que envolvem valores vultosos (dinheiro e imóveis) e, como o ciclo da construção civil é mais longo em termos de produção, diferente da maioria das atividades produtivas, faz-se necessário um sistema financeiro que adiante capital, tanto para os produtores (financiamento da construção) quanto para os compradores (financiamento da aquisição). A produção e o consumo de imóveis também envolvem seguradoras, as quais garantem a solidez dos negócios e a estabilidade das operações a longo prazo.

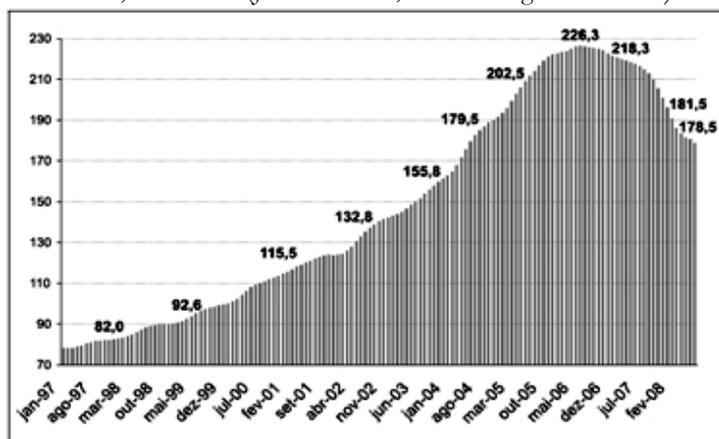
A incorporação do setor imobiliário no rentismo norte-americano, conforme apontou Harvey (2011), não se deu nesse início de século. Esse processo foi alvo de crises na década de 1970, em razão, justamente, da fragilidade dos contratos de empréstimos, da qualidade dos tomadores e da influência das políticas econômicas nas condições dos financiamentos em vigência e no valor dos imóveis. Apesar de as crises serem recorrentes nesse tipo de mercado, o movimento de especulação imobiliária, alimentado pelas políticas de incentivo à expansão do crédito a taxas de juros muito baixas, foi responsável pela situação de vulnerabilidade econômica nos últimos anos. Dessa vez, com implicações mais graves, pois a diversidade de instituições no financiamento imobiliário indicava o tom da crise quando ela emergiu. No gráfico 2, percebe-se que a curva dos índices de valorização dos imóveis cresce, acentuadamente, após os atentados terroristas nos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001.

O aumento no mercado hipotecário nos EUA alavancou o mercado imobiliário e a carteira de clientes tornou-se um ativo extremamente valorizado pelos bancos tradicionais. Com base nisso, criaram-se produtos e serviços financeiros (também chamados derivativos), caso contrário, essa carteira seria vendida a empresas de Fundos de Investimentos, Fundos de Pensão etc., que assumiriam os riscos inerentes aos contratos.

Os bancos, por sua vez, sentiram o crescimento do caixa e a expansão do crédito, em um movimento cíclico. Ou seja, quanto mais

alto o valor dos imóveis, mais financiamento das vendas e negociação das carteiras de ativos hipotecários. Essa ciranda especulativa aumentava à medida que se expandia o horizonte da população envolvida e estimulada a comprar imóveis nos EUA.

Gráfico 2 – Evolução do índice de preços dos imóveis – EUA, 1997-2008 (Jan.2000=100; dados até agosto de 2008)



Fonte: S&P/Case-Shiller Home Price Indices (apud BORÇA JR.; TORRES FILHO, 2008, p. 135).

Portanto, *subprime* é o nome dado às hipotecas de alto risco. As hipotecas *subprime* envolvem clientes que não comprovam rendimentos, nem emprego fixo, nem propriedades reais ou financeiras, isto é, aqueles que não dispõem de papéis que possam ser usados como garantia nos contratos.

Em razão, portanto, da valorização dos imóveis, da expansão extraordinária do crédito imobiliário (cujo objetivo foi atingir uma parcela da população mais vulnerável economicamente) e do nível de envolvimento de instituições financeiras nas operações de crédito e especulação com título, antes de 2007/2008, o mercado financeiro norte-americano e o setor da construção civil passaram por um processo de formação de uma *bolha* que consistiu em otimismo e resultados.

A bolha começou a estourar em 2008, com a falência de dois gigantes do mercado de hipotecas imobiliárias: a *Federal National Mortgage*

Association (FNMA) e a *Federal Home Loan Mortgage Corporation*, conhecidas, respectivamente, por *Fannie Mae* e *Fraddie Mac*. Nessa época, tais empresas contabilizavam cerca de 12 trilhões de dólares em empréstimos concedidos a bancos, a agentes financeiros do setor público habitacional, a financeiras etc. Essa soma corresponde à metade do valor do mercado total de hipotecas dos EUA. Em seguida, a falência do *Lehman Brothers*, uma instituição de empréstimos, que contava com mais de 150 anos de existência e investimentos de bilhões de dólares no mercado *subprime*, causou pânico no mundo capitalista moderno.

Porém, as razões que fizeram essas empresas “quebrarem” ainda não são claras. Uma explicação plausível pode estar na combinação de dois fatores básicos: a crescente oferta da mercadoria imóvel, quando a construção civil e o sistema de crédito aproveitaram-se do período de exuberância do mercado imobiliário; e o gradual crescimento das taxas de juros (a partir do fim de 2004), processo que afetou os custos dos contratos hipotecários e as condições de financiamento. O resultado disso foi: a reversão do ciclo econômico, com a queda dos preços dos imóveis e das vendas, a redução das atividades produtivas na construção civil, a quebra de contratos, o crescimento da inadimplência, do desemprego e falência dos bancos e financeiras numa proporção inimaginável.

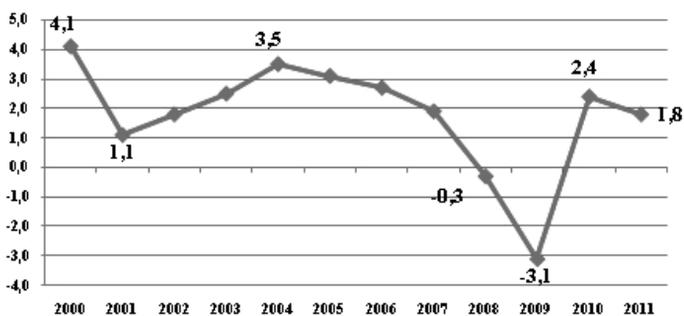
Com a queda vertiginosa da demanda (consumo e investimentos), o aumento das dívidas das famílias que possuíam financiamento imobiliário e da inadimplência, bem como a queda livre dos preços dos imóveis residenciais, o castelo de cartas do império especulativo ruiu e ampliou o prejuízo das instituições envolvidas no processo de empréstimos. Destarte, o descasamento dos ativos e passivos colocou em xeque todo o sistema financeiro norte-americano. Segundo o prestigioso economista Nouriel Roubini, se forem considerados apenas bancos e corretoras, o prejuízo chegou a US\$ 3,6 trilhões.

A economia norte-americana, principalmente na era George W. Bush, tinha se recuperado parcialmente do grande golpe aplicado pelo ataque terrorista, em setembro de 2001. O crescimento foi de 1,8% em

2002, 2,5% em 2003 e 3,5% em 2004. As energias políticas e econômicas, reunidas no plano de segurança nacional após o evento, o esforço belicista e as ações militares, primeiramente no Iraque e, em seguida, no Afeganistão, movimentaram a economia do país e contribuíram para essa curta recuperação.

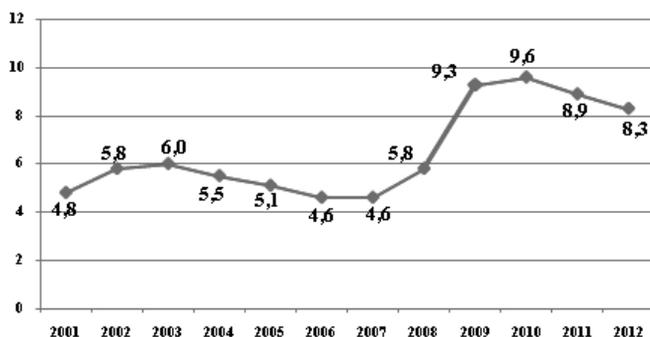
Entretanto, como observarmos no gráfico 3, abaixo, de 2004 em diante, o país foi declinando até alcançar -3,1% em 2009, no apogeu da crise dos sistemas bancário e financeiro de hipotecas. Esse foi um dos piores resultados, em termos de recuo da economia, após a depressão de 1930. Considerada a média para o período, a economia dos EUA cresceu apenas 1,7% ao ano, uma catástrofe para a principal economia capitalista do planeta.

Gráfico 3 – Taxa de crescimento do PIB dos EUA, 2000-2011 (%)



Fonte: U.S. Bureau of Economics Analysis (BEA). Elaboração própria

Não é por outra razão que, nesse mesmo período, a taxa de desemprego no País encontrou uma rota de decolagem. Foi justamente entre 2007 e 2008 que o desemprego no país começou a se elevar e alcançou níveis históricos, 9%, em média, da população economicamente ativa (gráfico 4).

Gráfico 4 – Evolução da taxa de desemprego, EUA, 2001-2012 (%)

Fonte: Eurostat. Database. Elaboração própria.

O desemprego tem colaborado para aumentar as fissuras na sociedade norte-americana e traz mazelas perceptíveis apenas nas economias capitalistas da periferia. O crescimento da pobreza é um sintoma do agravamento da crise sistêmica do país. Segundo a *Coalition Against Hunger*, cuja sede é em Nova York, cerca de 1,5 milhões de americanos passam fome na cidade. Aproximadamente 25% são crianças. De acordo com essa instituição, o índice de pobreza do nova-iorquino elevou-se de 14,2% para 15,8% entre 2008 e 2009, respectivamente. Desde 1992 que não se tinha conhecimento de indicadores como esses⁸.

De acordo com o *United States Census Bureau*, o número de pessoas consideradas pobres no país chegou a 15,1% da população, em 2010, nível mais elevado desde 1993. Entre 2009 e 2010, o número de pobres cresceu 2,6 milhões e alcançou 46,2 milhões de pessoas⁹, um total equivalente à população da Espanha. A população negra e a hispânica são as mais afetadas pela pobreza. Entre os negros, a taxa de pobreza atinge 27,4%; entre os hispânicos, 26,6%. Os asiáticos têm uma taxa de desemprego de 13% e os considerados brancos 12,1%. Do ponto de vista da situação domiciliar, os imigrantes são os mais afetados pela pobreza, com um índice de 26,7%. Dos estrangeiros naturalizados americanos, 11,7% vivem em condições semelhantes. Entre os americanos nascidos no país, a pobreza chega a 14,4%.

⁸ Ver: <http://www.nyccah.org/>

⁹ Ver: <http://www.census.gov/prod/2011pubs/p60-239.pdf>

Diante da profunda crise de liquidez e da escalada do desemprego nos EUA, a mão do Estado capitalista não tardaria a funcionar e quebraria qualquer lógica ou razão liberal que defendesse a externalidade da instituição e, devido a sua intervenção, culpasse-na de todos os males que acontecem no mercado.

Ironicamente, foi a mão pesada do Estado que, mediante um extraordinário movimento de injeção de liquidez nos mercados financeiros, redução das taxas básicas de juros, aumento dos gastos públicos e salvamento de várias instituições privadas, amorteceu a crise e buscou recuperar o capitalismo norte-americano. Friedrich A. von Hayek, Ludwig von Mises, Walter Eucken e Milton Friedman, os “papas” do liberalismo político e econômico, certamente não aprovariam as ações do Estado norte-americano e interviriam, de diversas maneiras, para salvar a economia de mercado. Conforme Gontijo e Oliveira (2012b, p. 103), a crise

obrigou os governos, em geral, a adotar políticas fiscais expansionistas de resgate de investidores, devedores e credores, alimentando a expansão dos déficits e da dívida pública, muito além do recomendado pela cartilha da responsabilidade fiscal, e que poderão se traduzir, mais à frente, em mais impostos e menos gastos. Considerando apenas o caso dos EUA, cujo governo despejou mais de US\$ 7 trilhões de “pacotes” salvadores na economia, o déficit previsto para os próximos dois anos [2009 e 2010] ultrapassava a casa de US\$ 1 trilhão, algo próximo de 7% do PIB (número revisto já sob a administração de Barack Obama para US\$ 1,75 trilhão, superior a 10% do PIB), enquanto o estoque de sua dívida caminhava, seguramente, para aproximar-se ou igualar-se ao valor do PIB.

O ataque às torres do *World Trade Center*, em setembro de 2001, foi crucial para a crise do capitalismo norte-americano. Naquele momento, ao mobilizar sua força bélica, os Estados Unidos incorreram em déficits públicos crescentes e elevaram o saldo negativo de financiamento do setor público de US\$ 65 bilhões para US\$ 422 bilhões, em 2001 e 2002, respectivamente. Ou seja, as despesas aumentaram 6,5 vezes.

Mas, os efeitos da crise do capitalismo norte-americano foram bem mais devastadores para o mercado hipotecário de *Wall Street* e para as finanças públicas do atual império. A mobilização do Estado capitalista norte-americano para salvar o mercado financeiro e irrigar a economia do país, via “derramamento” de dinheiro e salvamento de instituições, elevou os déficits públicos a escalas surpreendentes. Como se pode conferir abaixo, em 2008, o desequilíbrio nas finanças públicas estadunidense dobrou e alcançou US\$ 973 bilhões; em 2009, o valor quase dobra novamente, pois alcança seu maior nível, US\$ 1,6 trilhões.

Com os elevados déficits públicos, foi inevitável o crescimento da dívida dos EUA a partir de 2008. Em 2011, o país ultrapassou seu PIB de US\$ 15 trilhões. Não por esta razão, o presidente Barack Obama enfrentou resistência no Congresso para expandir o teto de endividamento do Estado capitalista, sob o risco de ingressar no chamado “abismo” fiscal, ou seja, condição na qual os impostos dos norte-americanos subiriam e seriam proibidas despesas que elevassem a dívida.

Estima-se que o “abismo fiscal” causaria um aumento de impostos da ordem de US\$ 536 bilhões e cortes de US\$ 109 bilhões em gastos¹⁰. Se, em janeiro de 2013, não fosse aprovada a continuidade nas isenções de impostos, em vigor desde o governo George W. Bush, certamente o quadro recessivo no país pioraria e estabelecer-se-iam desafios ao Estado para continuar financiando a recuperação do capitalismo norte-americano.

Portanto, como vimos, a crise do capitalismo norte-americano originou-se, basicamente, nos mercados privados, nos quais reinavam a especulação e o rentismo parasitário¹¹. O Estado capitalista não se curvou diante das ideologias neoliberais e seus operadores e gestores usaram todas as prerrogativas e possibilidades fiscais e monetárias para salvar o mercado financeiro de *Wall Street*. Esse movimento incluiu companhias grandes, as quais sentiram fortemente os abalos da crise, como a General

¹⁰ Ver: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/01/130102_fim_abismo_fiscal_as.shtml.

¹¹ No Volume I do Livro I do *Capital*, Marx diz que em sua investigação verificará que tanto o capital dos comerciantes quanto o capital que rende juros são formas derivadas que apareceram no curso da história, antes da forma padronizada moderna do capital. No Livro III, ele tratará dessas formas e concluirá que elas são parasitárias, pois se ligam a qualquer sistema ou mecanismo de produção de riqueza para expropriar parte do excedente econômico. Essas duas formas estiveram presentes em toda Idade Média, participando da extração do excedente gerado.

Motors, por exemplo, que foi estatizada sem nenhuma cerimônia.

Por sua vez, a sociedade, principalmente a parcela mais desprotegida da população, como os negros, hispânicos e asiáticos, sofre com a falta de oportunidades de trabalho e com o crescimento da pobreza. Quem diria que veríamos a maior economia capitalista do planeta sucumbir dessa maneira e apresentar problemas familiares à periferia capitalista?

Certamente todo o planeta sentiu os abalos sísmicos. A Europa, por exemplo, sobretudo a Zona do Euro, completamente envolvida em transações financeiras e especulativas no mercado norte-americano, mediante bancos, fundos de investimento e pensões. Outros investidores e aplicadores institucionais também foram afetados, cujas consequências culminaram na crise das dívidas soberanas, no crescimento do desemprego e na desintegração social dos países mais atingidos pela recessão econômica.

2.2. *Europa: a crise das dívidas soberanas e o desemprego*

O velho continente europeu e seu capitalismo foram sacudidos depois de 2009. A crise da economia da Zona do Euro¹² colocou na berlinda o projeto europeu de uma união econômica com objetivos ambiciosos de integração política. Embora os elementos dessa crise tenham características diferentes da crise do *subprime*, do mercado hipotecário norte-americano, a crise da Zona do Euro está imbricada nas consequências do que aconteceu e abalou o mercado financeiro dos EUA, em 2007/2009. Como veremos mais adiante, os efeitos da crise no capitalismo europeu são avassaladores e abrangentes e atingem um número muito maior de pessoas. Aqui, os prejuízos políticos, sociais e econômicos são irreversíveis a curto e médio prazos.

No entanto, as razões para que a Europa fosse arrastada para a crise são complexas. Geralmente, existe o predomínio do referencial e arsenal teórico da linha conservadora, cujos argumentos são ortodoxos

¹²A Zona do Euro é composta por 17 países que fazem a União Europeia: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslovênia, Estônia, Eslováquia, Finlândia, França, Holanda, Luxemburgo, Malta, Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha. Estão fora da Zona: Bulgária, Dinamarca, Hungria, Letônia, Lituânia, Reino Unido, Romênia, Suécia, Países Baixos e Polônia.

e típicos do pensamento econômico liberal, isto é, buscam explicar o que aconteceu. Em princípio, é preciso reconhecer o elevado grau de fragilidade do processo de integração europeu, suas contradições e ambições econômicas, sobretudo as metas, nunca cumpridas, do Tratado de *Maastricht*, assinado em 1993, e do Pacto de Estabilidade e Crescimento, aprovado em 1997. Dois grandes acordos impunham metas pesadas, em termos fiscais e indicadores de inflação, aos países signatários da União Europeia. O ex-premiê socialista espanhol, Felipe González, que chefiou o governo do país no período 1982-1996, reconhece duas falhas de “nascença” no modelo de união econômica. González participou ativamente da formulação e implementação do Tratado de *Maastricht*, juntamente com François Mitterrand, Presidente da França, e Helmut Kohl, Primeiro Ministro da Alemanha.

Primeiro a falha de estratégia frente à explosão do sistema financeiro internacional e sua consequência na Europa. Segundo, uma falha estrutural, do modelo de união monetária sem união econômica, fiscal e bancária (GONZÁLEZ, 2012).

A primeira falha, já apontada por especialista com base em estudos consistentes, como os elaborados por François Chesnais, coloca a Europa de joelhos diante do desenvolvimento dos mercados financeiros, desde a era Reagan e Thatcher, remove as instituições e reforma, completamente, as estruturas do Estado de Bem-Estar, construídas no Pós II Guerra Mundial (CHESNAIS, 1998; NAVARRO, 1993; GOMES, 2006).

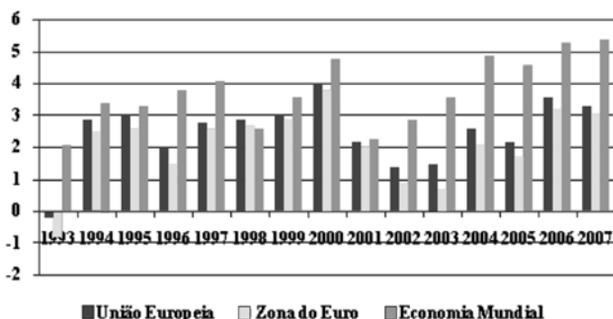
A segunda falha citada por González aponta o alastramento da crise norte-americana pela Europa. É preciso conhecer um pouco a relação dos acontecimentos que afetaram, sobremaneira, a economia capitalista norte-americana e produziram efeitos na Europa, especialmente nos países da Zona do Euro. Portanto, pode-se admitir que a crise do *subprime* nos Estados Unidos atingiu diretamente a economia mundial, contribuiu para a desaceleração econômica europeia, com implicações na produção e exportação de mercadorias, e fez emergir velhos problemas e contradições na construção do bloco.

Quando a crise do *subprime* eclodiu e atingiu, no coração, o crescimento econômico da Zona do Euro, estes desequilíbrios internos saíram das sombras que os recobriram durante o último período de *boom* da economia mundial (2003-2008) e desvelaram a fragilidade – fiscal, financeira, produtiva – de muitos de seus estados membros (GONTIJO; OLIVEIRA, 2012a, p. 50-51).

A crise do *subprime* afetou diretamente as finanças públicas dos Estados europeus, principalmente aqueles que aceitaram as regras dos acordos assinados para a criação da Zona do Euro. Ademais, a desaceleração econômica dos países com base produtiva estreita contribuiu para a perda da arrecadação tributária e expôs as vulnerabilidades externas, em razão da queda na dinâmica dos setores exportadores.

Para o pensamento econômico conservador, o que ficou conhecido como a crise das dívidas soberanas dos países da Zona do Euro fundamentava-se na irresponsabilidade fiscal de alguns governos da região e no descontrole das contas públicas. Entretanto, conforme as observações e análises de Gontijo e Oliveira (2012), com o Tratado de *Maastricht* (1993), que impunha limites aos déficits e endividamento público, bem como o estabelecimento de metas inflacionárias, as taxas de crescimento econômico dos países da Zona do Euro e da União Europeia foram muito baixas. Apenas em 1998 conseguiram superar a taxa mundial.

Gráfico 5 – Taxas de crescimento do PIB, União Europeia, Zona do Euro e Economia Mundial – 1993-2007 (%)



Fonte: IMF. *World Economic Outlook Database*, October 2012. Elaboração própria.

Apesar do baixo crescimento econômico na Zona do Euro, justamente no período em que se iniciou a aplicação das regras e metas do Tratado de *Maastricht*, os governos não enfrentavam grandes problemas do ponto de vista fiscal nem nas contas externas. Como podemos observar na tabela 1, até 2005, a dívida pública na Zona do Euro situava-se em torno de 55% do valor do PIB dos países membros. Além da Itália e Grécia, cujos níveis de endividamento eram superiores a 100% do PIB, apenas a Bélgica era motivo de preocupação, porém na circunstância de diminuição do tamanho da dívida pública. A situação deteriorou-se novamente a partir de 2009, quando a relação dívida bruta – PIB dos países da Zona do Euro saiu de 62,2%, no ano anterior, para 74,6%, em 2009, e 80%, em 2010. Portugal, Irlanda, França, Itália, Grécia e Bélgica foram os países onde as dívidas governamentais mais cresceram.¹³

Conforme a análise de Gontijo e Oliveira (2012), com a criação do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) e do Banco Central Europeu (BCE), em 1999, os países da Zona do Euro perderam autonomia e soberania no manejo das políticas fiscais, monetárias e cambiais. Ao SEBC coube estabelecer e colocar em prática as diretrizes da gestão financeira e monetária da União Europeia. Ao BCE, permitir e preservar o Euro, bem como formular e executar políticas monetárias.

Durante a forte crise norte-americana essas instituições, sobretudo o BCE, agiram de modo contrário ao Federal Reserve (FED), Banco Central dos Estados Unidos. Em vez de reconhecerem a crise mais como um problema de liquidez do que de insolvência, o SEBC e o BCE, sob a influência da Alemanha e França, continuaram com a política de restrição monetária, taxas de juros elevadas e oferta de dinheiro. Enquanto o FED garantia a liquidez do sistema financeiro estadunidense, na Europa, ocorria exatamente o contrário.

¹³ É importante salientar que, em outubro de 2011, foi feito um acordo entre líderes europeus e da Zona do Euro com os principais bancos da região, que perdoaram 50% da dívida soberana da Grécia, cujo percentual ultrapassava 200% do seu PIB.

Tabela 1 – Dívida Bruta da Zona do Euro e União Europeia (% do PIB)

| Países | 1995 | 2000 | 2005 | 2008 | 2009 | 2010 |
|----------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| União Europeia | n/d | 61,9 | 62,8 | 62,2 | 74,6 | 80,0 |
| Zona do Euro | n/d | 68,2 | 70,3 | 70,2 | 80,0 | 85,4 |
| Alemanha | 55,6 | 60,2 | 68,5 | 66,9 | 74,7 | 82,4 |
| Áustria | 68,4 | 66,6 | 64,8 | 63,8 | 69,2 | 71,8 |
| Bélgica | 130,2 | 107,8 | 92,0 | 89,3 | 95,7 | 95,6 |
| Chipre | n/d | 59,6 | 69,2 | 48,9 | 58,5 | 61,5 |
| Eslovênia | 17,0 | 29,5 | 26,8 | 22,0 | 35,0 | 38,6 |
| Estônia | 9,0 | 5,1 | 4,6 | 4,5 | 7,2 | 6,7 |
| Finlândia | 55,5 | 43,8 | 41,7 | 33,9 | 43,5 | 48,6 |
| França | 55,4 | 57,4 | 66,7 | 68,2 | 79,2 | 82,3 |
| Holanda | 76,1 | 53,8 | 51,8 | 58,5 | 60,8 | 62,9 |
| Luxemburgo | 7,4 | 6,2 | 6,1 | 13,7 | 14,8 | 19,1 |
| Malta | 36,6 | 57,9 | 69,7 | 62,2 | 67,8 | 69,1 |
| Eslováquia | 19,1 | 24,0 | 34,2 | 27,9 | 35,6 | 41,1 |
| Portugal | 59,1 | 48,4 | 62,5 | 71,6 | 83,3 | 93,3 |
| Irlanda | 82,1 | 37,8 | 27,4 | 44,3 | 64,9 | 92,2 |
| Itália | 120,9 | 108,5 | 105,4 | 105,8 | 116,1 | 118,7 |
| Grécia | 99,2 | 103,4 | 101,2 | 112,6 | 129,0 | 144,5 |
| Espanha | 63,3 | 59,4 | 43,2 | 40,2 | 53,9 | 61,2 |

Fonte: IMF. *World Economic Outlook Database, October 2012*. Elaboração própria.

No âmbito fiscal, as recomendações para enfrentar a escalada do nível de endividamento alimentado pelos déficits públicos eram: cortar os gastos governamentais, ampliar receitas públicas, por meio do aumento de impostos, e cortar crédito da iniciativa privada. A hecatombe europeia não tardaria a aparecer, de acordo com a declaração de Felipe González:

A Europa foca a luta contra a crise cometendo um gravíssimo erro que vem do pensamento equivocada de que a crise era, primeiro, americana, conjuntural, e seria superada rapidamente. O enfoque considera que a crise da dívida é uma crise de solvência, em lugar de crise de liquidez, de corte brutal de crédito [...] Estamos num círculo vicioso recessivo acompanhado por políticas monetárias restritivas e proibição absoluta de políticas de gastos (GONZÁLEZ, 2012).

Portanto, conforme defende e acusa o pensamento econômico conservador, a deterioração das finanças públicas na Zona do Euro não se originou da ganância irresponsável dos países e seus respectivos governos. Na tabela abaixo, verifica-se que, tanto na Zona do Euro como na União Europeia, o déficit público vinha diminuindo. O menor patamar, em 2007, foi -0,7% e -0,9%, respectivamente.

A partir daquele ano, o déficit público cresceu extraordinariamente em todos os países, alimentou os estoques das dívidas dos Estados e causou desconfiças e incertezas cada vez maiores nos mercados. Observa-se, ainda, que os déficits públicos da Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal ultrapassaram a casa dos 10% do PIB, em 2008. A Irlanda atingiu um desequilíbrio orçamentário de 30% do PIB, em 2009. Isso desencadeou a crise das dívidas soberanas na Europa. Nesse cenário, o ex-premiê socialista espanhol, Felipe González (2012) comentou, de forma pessimista: “A situação de países que passaram de contas públicas sadias e contas privadas muito endividadas para contas públicas que galopam no déficit e da dívida é uma situação recessiva permanente”.

Para Gontijo e Oliveira (2012, p. 17), a principal fonte dos déficits orçamentários, da explosão da dívida pública e deterioração das finanças governamentais dos Estados da Zona do Euro, portanto, foi o desequilíbrio das contas externas desses países e não “propriamente na irresponsabilidade fiscal dos governos, como o pensamento econômico tem disseminado”. É justamente nesse ponto que há uma ligação direta da crise do *subprime*, no mercado hipotecário norte-americano, com a crise das dívidas soberanas europeias.

Tabela 2 – Déficit Público na União Europeia e Zona do Euro (% do PIB)

| Países | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|-----------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| União Europeia | -2,6 | -3,2 | -2,9 | -2,5 | -1,5 | -0,9 | -2,4 | -6,9 | -6,5 |
| Zona do Euro | -2,6 | -3,1 | -2,9 | -2,5 | -1,3 | -0,7 | -2,1 | -6,3 | -6,2 |
| Alemanha | -3,8 | -4,2 | -3,8 | -3,3 | -1,6 | 0,2 | -0,1 | -3,1 | -4,1 |
| Áustria | -0,7 | -1,5 | -4,4 | -1,7 | -1,5 | -0,9 | -0,9 | -4,1 | -4,5 |
| Bélgica | -0,1 | -0,1 | -0,1 | -2,5 | 0,4 | -0,1 | -1,0 | -5,5 | -3,8 |
| Chípre | -4,4 | -6,6 | -4,1 | -2,4 | -1,2 | 3,5 | 0,9 | -6,1 | -5,3 |
| Eslováquia | -8,2 | -2,8 | -2,4 | -2,8 | -3,2 | -1,8 | -2,1 | -8,0 | -7,7 |
| Eslovênia | -2,4 | -2,7 | -2,3 | -1,5 | -1,4 | 0,0 | -1,9 | -6,0 | -5,7 |
| Espanha | -0,2 | -0,3 | -0,1 | 1,3 | 2,4 | 1,9 | -4,5 | -11,2 | -9,7 |
| Estônia | 0,3 | 1,7 | 1,6 | 1,6 | 2,5 | 2,4 | -2,9 | -2,0 | 0,2 |
| Finlândia | 4,2 | 2,6 | 2,5 | 2,9 | 4,2 | 5,3 | 4,4 | -2,5 | -2,5 |
| França | -3,1 | -4,1 | -3,6 | -2,9 | -2,3 | -2,7 | -3,3 | -7,5 | -7,1 |
| Grécia | -4,8 | -5,6 | -7,5 | -5,2 | -5,7 | -6,5 | -9,8 | -15,6 | -10,7 |
| Holanda | -2,1 | -3,1 | -1,7 | -0,3 | 0,5 | 0,2 | 0,5 | -5,6 | -5,1 |
| Irlanda | -0,4 | 0,4 | 1,4 | 1,7 | 2,9 | 0,1 | -7,4 | -13,9 | -30,9 |
| Itália | -3,1 | -3,6 | -3,5 | -4,4 | -3,4 | -1,6 | -2,7 | -5,4 | -4,5 |
| Luxemburgo | 2,1 | 0,5 | -1,1 | 0,0 | 1,4 | 3,7 | 3,2 | -0,8 | -0,8 |
| Malta | -5,8 | -9,2 | -4,7 | -2,9 | -2,8 | -2,3 | -4,6 | -3,9 | -3,6 |
| Portugal | -3,4 | -3,7 | -4,0 | -6,5 | -4,6 | -3,1 | -3,6 | -10,2 | -9,8 |

Fonte: Eurostat. Database. Elaboração própria.

Na década de 2000, países como Alemanha, Áustria, Holanda, Finlândia, Bélgica e Luxemburgo apresentaram superávits na conta-corrente do balanço de pagamento, principalmente em função dos saldos comerciais alcançados. Por sua vez, Grécia, Portugal, Espanha, Irlanda, Eslováquia e Itália vinham acumulando déficits em conta-corrente durante esse período. O baixo desempenho dessas economias pode ser atribuído a questões como: i) estrutura produtiva pouco diversificada; ii) pauta exportadora concentrada em alguns poucos produtos; iii) baixa competitividade exportadora; iv) forte concorrência no comércio da Alemanha, no plano inter-regional, e com a China, no plano intrarregional; v) valorização do euro em face do dólar, a partir de 2002; vi) e, por fim, a recessão mundial causada pela crise dos Estados Unidos. Diante de tais problemas, aqueles países começaram a enfrentar desequilíbrios nas contas externas. Para contorná-los, valeram-se do aumento do endividamento público, com o lançamento de títulos governamentais adquiridos por instituições do mercado financeiro internacional.

[...] com a adesão à moeda única e a consequente eliminação do risco cambial, os governos dos países-membros começaram a se endividar em euros para cobrir os desequilíbrios na balança de transações correntes no mercado internacional e, com mais ênfase, junto à instituições dos países integrantes do bloco (GONTIJO; OLIVEIRA, 2012a, p. 17).

Tanto no Tratado de *Maastricht* quanto no Pacto de Estabilidade e Crescimento, não foram estabelecidos limites para endividamento externo. Até 2009, entretanto, os países que seguiram a linha de atrair poupança externa, para equilibrar as contas externas, não encontraram dificuldades. Pelo contrário, foram muito bem atendidos por bancos norte-americanos, ingleses, japoneses, espanhóis, franceses e alemães, todos ávidos para ganhar muito dinheiro com empréstimos e especulação dos títulos públicos soberanos. Na tabela 3, é possível visualizar os déficits externos dos países da Zona do Euro. Merecem atenção especial os resultados de Chipre, Eslováquia, Espanha, Estônia, Grécia, Irlanda, Malta e Portugal.

Portanto, concordando com Gontijo e Oliveira (2012, p. 18-19), a constituição da Zona do Euro diminuiu sensivelmente a autonomia e quase liquidou a soberania dos países signatários em termos de elaboração e execução de políticas econômicas. Algo muito parecido ao que aconteceu com os países da América Latina, nas décadas de 1980 e 1990, quando enfrentaram os problemas e consequências da crise da dívida externa. Sob o mantra do pensamento econômico dominante incrustado no FMI e Banco Mundial, eram obrigados a adotar os famigerados Programas de Ajuste Estrutural (PAE) (CHOSSUDOVSKY, 1999). Situação idêntica ocorre hoje com os países da Zona do Euro, que enfrentam tempos difíceis de ajustamentos (ORTIZ, 2012).

A recessão anterior à crise das dívidas soberanas, provocada pela preocupação excessiva com estabilização dos preços, regulação econômica, equilíbrio nas contas públicas e crença de que os mercados são eficientes e autorreguláveis, carregou os países da Zona do Euro para o calvário do baixo crescimento e aumento considerável das taxas de desemprego.

Assim, a crise do *suprime* afetou sobremaneira as contas externas dos países da Zona do Euro, os quais já enfrentavam problemas em conta-corrente. A consequência foi a necessidade de ajustar as contas externas com base no endividamento público. Isso, em um contexto de diminuição das receitas tributárias, em que esses países necessitaram contar cada vez mais com as instituições financeiras para contrair empréstimos, como já foi assinalado neste texto.

A avaliação das agências de risco¹⁴, na redução dos conceitos dos países, o papel do Banco Central Europeu e das instituições da União Europeia, na classificação da crise como passageira, sem garantir liquidez ao sistema, a recomendação de austeridade fiscal e controle dos preços, e a fragilidade dos bancos europeus, alavancados em títulos de dívidas públicas, também contribuíram decisivamente para o aprofundamento da crise, cujas consequências foram desastrosas (GONTIJO; OLIVEIRA, 2012, p. 35-44).

Na opinião de Felipe González (2012), os europeus passarão os próximos vinte e cinco anos pagando dívidas, com base num modelo suicida de política econômica que prevê restrição monetária e “proibição absoluta de gastos públicos”. Segundo González, na discussão do orçamento europeu plurianual 2014/2020, as chances de continuidade do ciclo recessivo com consequências são altas, dado o caráter do conservadorismo do pensamento político e econômico que predomina nas negociações¹⁵.

Com a adoção de baixas taxas de crescimento e políticas econômicas de ajustamento, a situação da Europa, que já vinha apresentando uma evolução do PIB inferior à média mundial, causou mais preocupação. O resultado não poderia ser diferente: o aumento brutal do desemprego e o crescimento da desigualdade social na região.

¹⁴ O papel das agências de risco, como a *Standard & Poor*, *Fitch* e *Moody's*, reduzindo a classificação e o grau de investimento dos países com piores indicadores macroeconômicos, alcançou uma influência decisiva na construção de um clima cada vez mais pessimista e extremamente turbulento na Europa.

¹⁵ Segundo González (2012), a Europa tem três caminhos a seguir: a) retroceder e voltar às moedas nacionais, desistindo completamente de uma integração monetária e econômica; b) aceitar a incoerência do modelo de integração, preservando seus avanços e se esforçando para dar um passo mais ambicioso no caminho da federalização das políticas econômica, fiscal e bancária; e c) “arrastar-se pela lama e ficar uma década na crise”.

Em 2012, somente na Zona do Euro, a taxa de desemprego alcançou o maior nível histórico, 11,8%, com cerca de 18 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho. Para a Europa, a taxa de desemprego ficou em 10,7%, somando mais de 26 milhões de desempregados (gráfico 6). Como se pode observar abaixo, as taxas de desemprego já se situavam numa média elevada no período 2001/2006. Entretanto, a partir de 2009, justamente quando explode a crise das dívidas soberanas, a falta de emprego eleva-se consideravelmente. Importante chamar atenção para o seguinte dado: na Zona do Euro, a taxa de desemprego era menor do que a registrada na Europa até 2004. O quadro inverte-se e os 17 países que compõem a Zona passam a apresentar níveis de desemprego muito mais elevados do que o restante do continente. Tais informações confirmam: os termos e regras impostos aos países membros pelos acordos e instituições do bloco contribuíram para expulsar pessoas do mercado de trabalho.

A situação é ainda mais caótica naqueles países epicentro da crise, como Espanha, Portugal, Grécia e Irlanda. Neles, a taxa de desemprego ultrapassa 10% a partir de 2009. O caso mais dramático é o da Espanha, onde o desemprego alcançou, em 2011, mais de 20% da população (gráfico 7). Dados preliminares para 2012 apontam: o desemprego na Grécia e Espanha já ultrapassou 26% da população. A falta de emprego afeta ainda, e de maneira mais dramática, os jovens entre 15 e 24 anos. São 56,5% e 57,6%, respectivamente, nos dois países. Na Itália, para cada três jovens, um está desempregado. Ou seja, 37% da população jovem estão fora do mercado de trabalho. Essa situação foi recentemente reconhecida pelo comissário da União Europeia para o Emprego, Assuntos e Inclusão, Lászlo Andor, da seguinte maneira: “Como consequência da crise financeira e econômica e da recessão, o desemprego na União Europeia atinge níveis nunca vistos em quase duas décadas e a situação social também se está a deteriorar”.¹⁶

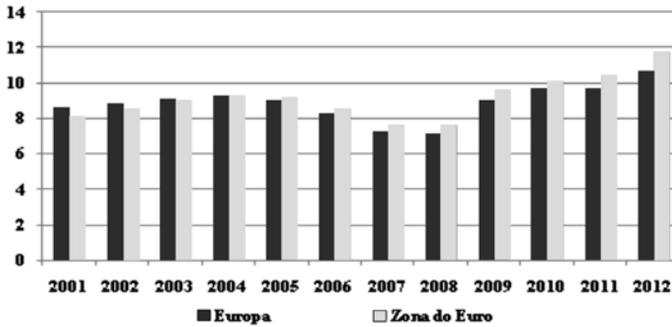
O desemprego crescente e o aumento das desigualdades sociais são ingredientes poderosos para o acirramento dos conflitos políticos e o crescimento das manifestações em toda a Europa, principalmente com críticas às consideradas insensatas políticas de enfrentamento da crise e

¹⁶ Ver: <http://pt.euronews.com/2013/01/08/ue-tem-mais-de-26-milhes-de-desempregados/>

ao modelo de acumulação de capital baseado no rentismo parasitário. Para Harvey (2011, p. 217) essas críticas têm fundamento, pois as

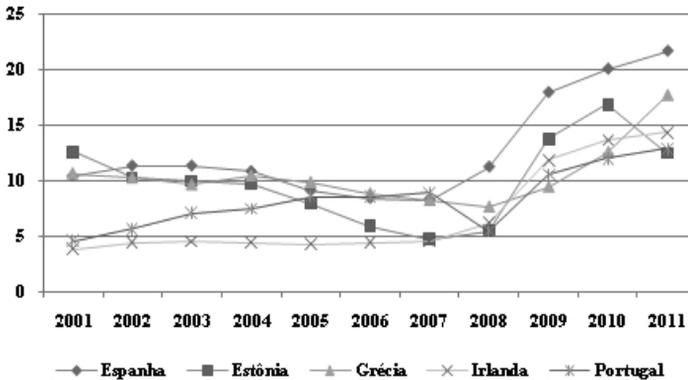
[...] dificuldades econômicas atuais nos EUA e na Grã-Bretanha, assim como em boa parte da Europa, estão, essencialmente, sendo aprofundadas por uma razão política e não por necessidade econômica. Essa razão política é o desejo de se livrar da responsabilidade do capital de cobrir os custos de reprodução social.

Gráfico 6 – Evolução da taxa de desemprego na Europa e Zona do Euro (%)



Fonte: Eurostat. Database. Elaboração própria.

Gráfico 7 – Evolução da taxa de desemprego em países selecionados da Zona do Euro (%)



A destruição do que restou das estruturas do Estado de Bem-Estar, em razão do reforço das políticas de austeridade fiscal, controle dos gastos públicos, preocupação com a estabilidade de preços e esforço em manter, absoluta ou parcialmente, os compromissos com os principais credores das dívidas soberanas, deriva, segundo Harvey (2011, p. 217), “do incessante impulso de preservar e valorizar a riqueza dos que já são ricos”.¹⁷

A desigualdade social nos Estados Unidos, por exemplo, tem crescido em razão da diminuição da atenção básica do Estado às necessidades da população em geral e da elevação dos níveis de desigualdade de renda. Desde os anos 1970, o padrão de distribuição de renda no país vem se deteriorando sensivelmente. Na atualidade, os 90% da população detêm apenas 29% da riqueza total, enquanto 10% da população controla o restante. Existem aqueles que estão no topo da pirâmide, 1% da população, e se apossa de 34% da riqueza (estoque) e de 24% da renda anual (fluxo).

No caso da Europa, o problema é mais acentuado. As políticas austeras dos mercados encontram guarida nas instituições da Zona do Euro, como o Banco Central Europeu¹⁸, chanceladas, principalmente, pelos governos da França e Alemanha. Isso aumenta o quadro de desigualdade social e aumenta o número de pessoas na condição de pobreza e exclusão social (CALLAN et al., 2011).

Conforme apontou a tabela 3, em 2011, 24,2% da população da União Europeia e 22,6% da incluída na Zona do Euro estavam em situação de risco de pobreza ou exclusão social. Em números, isso significa que, na União Europeia, 120 milhões de pessoas passam por privação material, dependem da cooperação familiar para sobreviver ou têm uma renda muito próxima da necessidade de subsistência.

Na Espanha, essa taxa de risco saiu de 24,4%, em 2004, para 27%, em 2011 (13 milhões de pessoas); na Itália, de 26,4% para 28,2% (17 milhões de pessoas); na Grécia, de 30,9 para 31% (15,5 milhões de

¹⁷ Visão corroborada por Ortiz (2011).

¹⁸ A ironia maior é perceber, conforme análise sumária de Fiori (2012), que são “os social-democratas e os socialistas que em geral defendem com mais entusiasmo a ortodoxia macroeconômica e liberal”, desde a década de 1980, nas instituições burocrática de Bruxelas, entre elas o BCE.

peçoas); e na Irlanda, de 24,8% para 29,9% (1,4 milhões de peçoas), em 2010. Os indicadores para Portugal já eram elevados, apesar de verificada uma redução em 2011. No entanto, 2,6 milhões de peçoas estão em situação de pobreza e exclusão social no país ibérico. Essas estatísticas surpreendem tanto que a organização internacional *Cáritas-Europa* menciona em seu estudo mais recente:

And what is really worrying is not only the size of poverty itself but the scale of its rise. Between 2009 and 2010 the number of poor people increased in Europe by 2 million while the year after this amount has doubled reaching almost four millions in 2011! Putting it another words: *in only one year the increase of those exposed to poverty and exclusion was equal to the total population of Ireland or half-population of Austria* (grifo nosso).¹⁹

Conforme o índice de Gini, que mede o grau de concentração da renda em determinada estrutura econômica, a desigualdade cresceu em toda a Zona do Euro desde a segunda metade da década de 2000 (29,2% para 30,5%). Porém, em alguns países, o processo de redução das desigualdades vinha ocorrendo até 2009, como é o caso da Espanha, França, Grécia, Irlanda, Itália e Portugal (tabela 4). A partir da crise, em 2009, a deterioração das condições de vida e o desemprego determinaram o fim de um ciclo de diminuição das desigualdades de renda na Europa.

Tabela 3 – Evolução da taxa de peçoas em risco de pobreza ou exclusão social – União Europeia, Zona do Euro e países selecionados (% da população)

| Países | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|-----------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| União Europeia | n/d | 25,6 | 25,2 | 24,4 | 23,6 | 23,1 | 23,6 | 24,2 |
| Zona do Euro | n/d | 21,4 | 21,7 | 21,7 | 21,4 | 21,2 | 21,6 | 22,6 |
| Espanha | 24,4 | 23,4 | 23,3 | 23,1 | 22,9 | 23,4 | 25,5 | 27,0 |
| Itália | 26,4 | 25,0 | 25,9 | 26,0 | 25,3 | 24,7 | 24,5 | 28,2 |
| Grécia | 30,9 | 29,4 | 29,3 | 28,3 | 28,1 | 27,6 | 27,7 | 31,0 |
| Portugal | 27,5 | 26,1 | 25,0 | 25,0 | 26,0 | 24,9 | 25,3 | 24,4 |
| Irlanda | 24,8 | 25,0 | 23,3 | 23,1 | 23,7 | 25,7 | 29,9 | n/d |

Fonte: Eurostat. Database. Elaboração própria

¹⁹ Ver sinopse do estudo em <http://www.caritas-europa.org/code/EN/abou.asp?Page=1484>.

Tabela 4 – Evolução do índice de Gini, União Europeia – Zona do Euro e países selecionados.

| Países | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|-----------------------|------|------|------|------|------|------|------|
| União Europeia | 30,6 | 30,2 | 30,6 | 30,8 | 30,4 | 30,5 | 30,7 |
| Zona do Euro | 29,2 | 29,1 | 29,9 | 30,2 | 30,1 | 30,2 | 30,5 |
| Alemanha | 26,1 | 26,8 | 30,4 | 30,2 | 29,1 | 29,3 | 29,0 |
| Áustria | 26,2 | 25,3 | 26,2 | 26,2 | 25,7 | 26,1 | 26,3 |
| Bélgica | 28,0 | 27,8 | 26,3 | 27,5 | 26,4 | 26,6 | 26,3 |
| Chipre | 28,7 | 28,8 | 29,8 | 28,3 | 29,1 | 29,2 | 28,8 |
| Eslováquia | 26,2 | 28,1 | 24,5 | 23,7 | 24,8 | 25,9 | 25,7 |
| Eslovênia | 23,8 | 23,7 | 23,2 | 23,4 | 22,7 | 23,8 | 23,8 |
| Espanha | 31,8 | 31,2 | 31,3 | 31,3 | 32,3 | 33,9 | 34,0 |
| Estônia | 34,1 | 33,1 | 33,4 | 30,9 | 31,4 | 31,3 | 31,9 |
| Finlândia | 26,0 | 25,9 | 26,2 | 26,3 | 25,9 | 25,4 | 25,8 |
| França | 27,7 | 27,3 | 26,6 | 29,8 | 29,9 | 29,8 | 30,8 |
| Grécia | 33,2 | 34,3 | 34,3 | 33,4 | 33,1 | 32,9 | 33,6 |
| Holanda | 26,9 | 26,4 | 27,6 | 27,6 | 27,2 | 25,5 | 25,8 |
| Irlanda | 31,9 | 31,9 | 31,3 | 29,9 | 28,8 | 33,2 | n/d |
| Itália | 32,8 | 32,1 | 32,2 | 31,0 | 31,5 | 31,2 | 31,9 |
| Luxemburgo | 26,5 | 27,8 | 27,4 | 27,7 | 29,2 | 27,9 | 27,2 |
| Malta | 26,9 | 27,0 | 26,3 | 27,9 | 27,2 | 28,4 | 27,4 |
| Portugal | 38,1 | 37,7 | 36,8 | 35,8 | 35,4 | 33,7 | 34,2 |

Fonte: Eurostat, Database. Elaboração própria.

Ao escreverem o Manifesto Comunista (1848), Marx e Engels abriram o texto com a célebre frase: “Um espectro ronda a Europa: o espectro do comunismo”. Naquele momento, os dois mais famosos autores da esquerda mundial enxergavam que a dinâmica capitalista produzia desigualdades em todos os lugares em que assentava as relações sociais de produção e começava a produzir capital. O comunismo seria a antítese do capitalismo quando este, com suas contradições e o acirramento da luta de classes, sucumbisse e originasse uma era disposta a livrar os homens das amarras do processo de subordinação e exploração econômica.

Na contemporaneidade, o modo de produção capitalista parece ainda não vislumbrar uma crise terminal diante desses abalos recentes, como parece crer o sociólogo Immanuel Wallerstein em diversas de suas

análises. Mas isso não impede de vermos e contemplarmos passos largos diante das crises estruturais de tal sistema. Agora, um espectro ronda a Europa: o do desemprego e acentuação das desigualdades. Trata-se de um espectro perigoso, pois pode também significar o combustível necessário ao fortalecimento dos aparatos de defesa do capital e de garantia dos privilégios das classes ricas. A menos que a mobilidade e luta daqueles que, direta ou indiretamente, sofrem as consequências das crises do capital, continuem armando a sociedade de instrumentos de luta e garantia de espaços para que esta se contraponha aos interesses e dinâmica do processo de criação de riqueza e acumulação capitalistas.

3 Atenuação das desigualdades nos países emergentes: o caso da América Latina e dos países do Cone Sul

Nas décadas de 1980 e 1990, as políticas neoliberais foram adotadas com bastante vigor na América Latina e Caribe, sob a supervisão do FMI e Banco Mundial. Naquele momento, isso representou uma solução para as consequências da crise da dívida externa que assolou os países da região no último quartil do século XX. A primeira década do século atual, no entanto, foi mais promissora em termos de crescimento econômico e atenuação das desigualdades sociais. A melhoria de alguns indicadores importantes deve-se, principalmente, ao excelente momento da economia internacional no período 2003-2008. Nessa ocasião, a renda de vários países da região expandiu-se, as exportações e as reservas internacionais ampliaram-se e essa realidade proporcionou garantias relativas a possíveis crises cambiais (GONÇALVES, 2013; OLIVEIRA, 2012).

O crescimento da economia chinesa naquele período também turbinou as forças econômicas dos países chamados emergentes e contribuiu para o aumento da demanda e dos preços das commodities. Como analisa Gonçalves (2013), esse quadro favorável concorreu para a redução da vulnerabilidade externa conjuntural, principalmente no caso brasileiro. De acordo com a análise de Oliveira (2012), que pode ser estendida para os demais países da América do Sul, essa situação conveniente permitiu ao Brasil, por exemplo, o crescimento

da arrecadação tributária federal, um maior espaço fiscal para a implementação e consolidação de políticas sociais, além da expansão dos gastos com despesas correntes. Esses elementos viabilizaram a recuperação da demanda agregada na região, com forte crescimento do consumo entre as famílias, gastos governamentais e ampliação das exportações. Houve, portanto, um crescimento econômico em todos os países sul-americanos.

Por outro lado, é necessário admitir, também, que a ascensão de governos ditos de esquerda promoveu uma inflexão parcial nas políticas econômicas que privilegiaram, por tanto tempo, a exclusividade da estabilidade macroeconômica, mediante o controle de preços, austeridade fiscal, abertura econômica e financeira e redução do tamanho e do raio de ação do Estado sobre a sociedade e a economia.

Na América do Sul, por exemplo, nada menos que nove países tiveram ou continuam com governos que se colocavam do outro lado do espectro da ideologia neoliberal difundida pelo Consenso de Washington (CW) desde o fim da década de 1980. Como é de conhecimento geral, o CW impôs uma agenda de reformas estruturais e econômicas, bem como políticas de estabilização, com o objetivo de inserir novamente os países da periferia latino-americana na nova ordem globalizada²⁰. A atenuação da execução da agenda de políticas neoliberais, ao contrário do que se profetiza²¹, colocou novamente a América Latina e Caribe, principalmente a hemisfério Sul, na rota temporária do crescimento econômico no período 2003-2008, apesar de aceitar os termos mais gerais da dinâmica e evolução do capitalismo contemporâneo²². O resultado concreto disso, ao contrário do que vem ocorrendo no Primeiro Mundo, principalmente nos Estados Unidos e Europa, foi a paulatina diminuição

²⁰ Em nossa opinião, o texto de Batista (2004) é uma das principais referências sobre o significado do Consenso de Washington para a América Latina e Caribe.

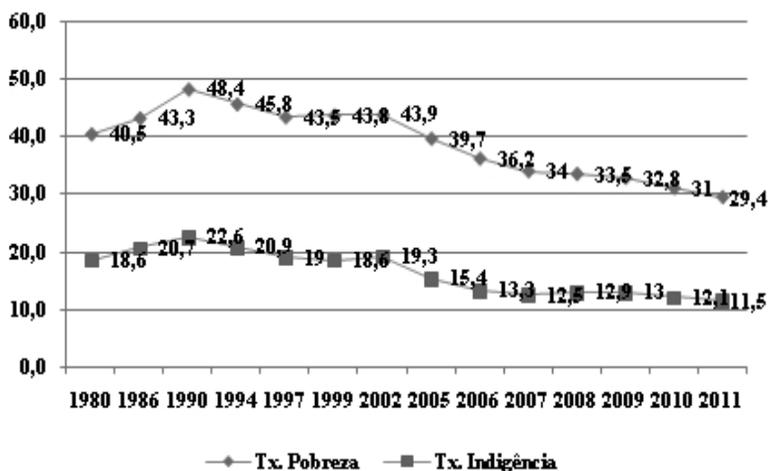
²¹ Muitos dos defensores das políticas econômicas de abertura comercial e liberalização financeira adotadas na região argumentam que os planos de estabilização econômica, como as reformas institucionais, embora incompletas, são determinantes para os “louros” sociais e econômicos que os países da região hoje estão colhem e comemoram. Ora, todos os indicadores que servem como ponto de análise, exceto a estabilidade dos preços, mostram a tragédia econômica e social que foram as reformas neoliberais.

²² O excelente trabalho de Gonçalves (2013) expõe os termos do que denominou de Modelo Liberal Periférico, modelo de desenvolvimento às avessas que acompanha a trajetória da economia brasileira desde 1995. A resenha desse livro está em Gomes (2013).

da quantidade de pessoas pobres ou indigentes na América Latina, na primeira década do século XXI.

No início da década de 1990, em torno de 50% da população regional estava em condições de pobreza e 22,6% de indigência. Em 2011, esses números melhoraram, a taxa de pobreza reduziu-se, praticamente, pela metade e alcançou 29,4%; a de indigência chegou a 11,5% (gráfico 8). É justamente no início da década de 2000 que as duas curvas alcançam os mais baixos níveis em 20 anos, uma demonstração positiva das políticas de combate a pobreza na região e da retomada das estratégias de desenvolvimento econômico com o empenho e ação dos Estados. Esses resultados exprimem uma melhoria no índice de Gini. Conforme a tabela 5, todos os países selecionados obtiveram melhoras na distribuição de renda ao longo da década de 2000. Merece especial atenção o resultado alcançado pela Venezuela, apesar das fortes críticas internacionais ao modelo econômico e a gestão política do presidente Hugo Chávez.

Gráfico 8 – Evolução da taxa de pobreza e indigência na América Latina e Caribe (% da população total)



Fonte: CEPAL. Base de Datos y Publicaciones Estadísticas. Elaboração própria.

Tabela 5 – Evolução do índice de Gini, países selecionados da América do Sul

| Países | 1999 | 2005 | 2011 |
|-----------|-------|-------|-------|
| Argentina | 0,539 | 0,558 | 0,492 |
| Brasil | 0,640 | 0,613 | 0,559 |
| Colômbia | 0,572 | 0,551 | 0,545 |
| Equador | 0,526 | 0,531 | 0,460 |
| Paraguai | 0,558 | 0,528 | 0,546 |
| Peru | 0,545 | n/d | 0,452 |
| Uruguai | 0,440 | 0,451 | 0,402 |
| Venezuela | 0,498 | 0,490 | 0,397 |

Fonte: CEPAL. *Base de Datos y Publicaciones Estadísticas*. Os demais países da América do Sul não dispunham dos dados completos. Elaboração própria.

O retorno do crescimento econômico, a partir de 2004, na América Latina e Caribe, melhorou, substancialmente, a situação das taxas de desemprego na região. Como se pode visualizar na tabela abaixo, a taxa média de crescimento do PIB na década de 1990 ficou abaixo de 1% para toda a região, inclusive para os países da parte Sul continental. Até 2002, registram-se algumas taxas de crescimento negativo, com especial atenção para a Argentina, que recuou 4,4%, em 2001, em razão de sua crise cambial, determinada, em última instância, pela falência do modelo neoliberal adotado durante o governo de Carlos Saúl Menem (1989/1999).

A brusca queda do PIB da Venezuela em 2002/2003 (-8,8% e -7,7%), por sua vez, pode ser atribuída às intensas perturbações no ambiente político do país. Esses transtornos chegaram ao cume com a tentativa de golpe de estado, em abril de 2002. O golpe, praticado por setores conservadores ligados às elites do país e aos setores empresariais, com apoio internacional, tentou dissolver do poder o presidente Hugo Chávez. Menos de 24 horas depois, mediante um contragolpe, que contou com o apoio de algumas alas fiéis das forças armadas, da população e do sindicatos de trabalhadores, o presidente deposto retornou ao poder.

Entretanto, a partir de 2004, não só a América Latina e Caribe voltaram a crescer (5,8%), mas também os demais países da América do Sul (5%). Merece destaque o retorno do crescimento econômico

da Argentina que, depois de romper com as políticas neoliberais, sob os auspícios do governo de Néstor Kirchner (2003/2007), recuperou a produção baseada em políticas de recuperação das exportações, com base na desvalorização cambial, recomposição das reservas internacionais, estímulos industriais e negociação com os credores internacionais.

Porém, como podemos observar, as taxas de crescimento em toda a região voltaram a cair e algumas ficaram negativas em 2009. Isso demonstrou as fragilidades do modelo de desenvolvimento de alguns países da região e sua permanente vulnerabilidade externa. A crise do *subprime* nos Estados Unidos atingiu intensamente toda a região, mas com graus diferenciados de impacto. A América Latina voltou a apresentar resultados desfavoráveis (-1,8%) e a América do Sul praticamente não cresceu naquele ano. Brasil, Paraguai e Chile foram os mais afetados. Entretanto, a partir de 2010, as taxas de crescimento apresentaram resultados satisfatórios. Boa parte deles, graças ao consenso político de que a melhor saída para enfrentar a crise econômica internacional no centro do capitalismo desenvolvido seria continuar expandindo políticas públicas e produtivas como combate a pobreza, diminuição da miséria, expansão do emprego, crescimento da renda e ampliação do raio de ação do Estado.

Esse aspecto é confirmado quando se observa o desempenho das taxas de crescimento do PIB per capita na região (tabela 6). Entre os anos 2000 e 2003, o crescimento da América Latina e Caribe e o Cone Sul alcançou, em média, 0,4% e 0,2%, respectivamente. Ou seja, uma condição de semiestagnação do principal indicador de riqueza. Por outro lado, com exceção de 2009, quando a crise econômica internacional se abateu na região e provocou taxas negativas no crescimento do produto e na renda nacional, no período 2004-2011, as médias de crescimento do PIB per capita foram de 3,2%, para a América Latina e Caribe, e 4,4% para a América do Sul (tabela 7). Essa parte continental esteve quase sempre com crescimento acima do restante da região.

Tabela 6 – Evolução das taxas de crescimento do PIB, América Latina e Caribe, América do Sul e países selecionados (% a preços correntes)

| Países | 1990 | 1995 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|-------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| América Latina e Caribe | 0,4 | 0,7 | 0,6 | 4,3 | 0,7 | 0,5 | 1,8 | 5,8 | 4,5 | 5,5 | 5,5 | 3,9 | -1,8 | 5,9 | 4,2 |
| América do Sul | 1,4 | 3,2 | -2,1 | 1,7 | 0,7 | 0,8 | 2,6 | 5,0 | 4,9 | 5,9 | 5,9 | 6,0 | 0,2 | 5,1 | 5,7 |
| Argentina | -1,8 | -2,8 | -3,3 | -0,7 | -4,4 | -1,0 | 8,8 | 9,0 | 9,1 | 8,4 | 5,6 | 6,7 | 0,8 | 9,1 | 8,8 |
| Bolívia | 4,6 | 4,6 | 0,4 | 2,5 | 1,6 | 2,4 | 2,7 | 4,1 | 4,4 | 4,7 | 4,5 | 6,1 | 3,3 | 4,1 | 5,1 |
| Brasil | -4,4 | 4,2 | 0,2 | 4,3 | 1,3 | 2,6 | 1,1 | 5,7 | 3,1 | 3,9 | 6,0 | 5,1 | -0,3 | 7,5 | 2,7 |
| Chile | 3,6 | 1,0 | -0,7 | 4,4 | 3,3 | 2,1 | 3,9 | 6,0 | 5,5 | 4,5 | 4,6 | 3,6 | -1,0 | 6,0 | 5,9 |
| Colômbia | 4,2 | 5,2 | -4,2 | 2,9 | 1,6 | 2,5 | 3,9 | 5,3 | 4,7 | 6,6 | 6,9 | 3,5 | 1,6 | 4,0 | 5,9 |
| Equador | 3,6 | 2,2 | -4,7 | 1,0 | 4,0 | 4,0 | 2,7 | 8,2 | 5,2 | 4,4 | 2,1 | 6,3 | 1,0 | 3,2 | 7,9 |
| Paraguai | 3,0 | 6,8 | -1,3 | -2,3 | -0,8 | 0,0 | 4,3 | 4,0 | 2,1 | 4,8 | 5,4 | 6,3 | -3,9 | 1,3 | 4,3 |
| Peru | -5,3 | 8,6 | 0,9 | 2,9 | 0,2 | 5,0 | 4,0 | 4,9 | 6,8 | 7,7 | 8,8 | 9,7 | 0,9 | 8,7 | 6,9 |
| Uruguai | 0,2 | -1,4 | -2,8 | -1,4 | -3,3 | -1,1 | 2,1 | 1,1 | 6,6 | 4,0 | 6,5 | 7,1 | 2,4 | 8,8 | 5,7 |
| Venezuela | 6,4 | 3,9 | -5,9 | 3,6 | 3,3 | -8,8 | -7,7 | 1,8 | 1,0 | 9,8 | 8,7 | 5,2 | -3,2 | -1,4 | 4,1 |

Fonte: CEPAL. *Base de Datos y Publicaciones Estadísticas*. Elaboração própria.

Apesar dos impactos da crise e da recessão da economia internacional a partir de 2009, a taxa de desemprego na América Latina e Caribe ficou muito abaixo da média (10%) registrada de 1990 até 2004. Na América do Sul, conforme aponta a tabela abaixo, a taxa de desemprego fechou a década de 1990 em quase 12%, percentual extremamente preocupante, próximo do que hoje apresenta a Zona do Euro. Na Argentina e Venezuela, por exemplo, o desemprego alcançou percentuais perto de 20% no período da crise do modelo neoliberal de reformas e políticas econômicas (tabela 8).

Tabela 7 – Evolução das taxas de crescimento do PIB per capita, América Latina e Caribe, América do Sul e países selecionados (% a preços correntes)

| Países | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|-------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| América Latina e Caribe | 2,8 | -0,7 | -0,8 | 0,4 | 4,4 | 3,2 | 4,3 | 4,3 | 2,7 | -2,9 | 4,7 | 3,1 |
| América do Sul | 0,2 | -0,8 | 0,4 | 1,2 | 3,8 | 4,4 | 4,6 | 4,9 | 4,7 | -1,0 | 4,1 | 4,5 |
| Argentina | -1,8 | -5,3 | -1,1 | 7,8 | 8,0 | 8,2 | 7,5 | 7,7 | 5,8 | 0,0 | 8,2 | 7,9 |
| Bolívia | 0,4 | -0,4 | 0,4 | 0,7 | 2,2 | 2,5 | 2,9 | 2,8 | 4,4 | 1,7 | 2,5 | 3,5 |
| Brasil | 2,8 | -0,9 | 1,2 | -0,1 | 4,4 | 1,9 | 2,8 | 5,0 | 4,2 | -1,2 | 6,6 | 1,8 |
| Chile | 3,1 | 2,1 | 1,0 | 2,7 | 4,9 | 4,4 | 3,5 | 3,5 | 2,6 | -1,9 | 5,1 | 5,0 |
| Colômbia | 1,2 | 0,3 | 0,8 | 2,2 | 3,7 | 3,1 | 5,1 | 5,3 | 2,0 | 0,2 | 2,5 | 4,4 |
| Equador | -0,5 | 2,2 | 2,3 | 1,0 | 6,4 | 3,6 | 2,7 | 0,6 | 4,7 | -0,4 | 1,8 | 6,5 |
| Paraguai | -4,3 | -2,8 | -2,0 | 2,2 | 2,0 | 0,2 | 2,8 | 3,5 | 4,4 | -5,6 | 1,1 | 2,6 |
| Peru | 1,4 | -1,2 | 3,6 | 2,7 | 3,7 | 5,5 | 6,5 | 7,6 | 8,6 | -0,1 | 7,6 | 5,7 |
| Uruguai | -1,8 | -3,2 | -1,1 | 2,1 | 1,1 | 6,4 | 3,8 | 6,2 | 6,8 | 2,0 | 8,5 | 5,3 |
| Venezuela | 1,7 | 1,4 | -1,0 | -9,4 | 1,6 | 8,4 | 7,9 | 6,9 | 3,5 | -4,7 | -3,0 | 2,5 |

Fonte: CEPAL. Base de Datos y Publicaciones Estadísticas. Elaboração própria.

Tabela 8 – Evolução das taxas de desemprego, América Latina e Caribe, América do Sul e países selecionados (%)

| Países | 1990 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|-------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| América Latina e Caribe | 9,6 | 11,0 | 10,4 | 10,2 | 11,1 | 11,0 | 10,3 | 9,1 | 8,6 | 7,9 | 7,3 | 8,1 | 7,3 | 6,7 | 6,4 |
| América do Sul | 7,7 | 11,8 | 11,2 | 11,9 | 13,4 | 13,1 | 11,5 | 10,3 | 9,6 | 8,5 | 8,0 | 8,8 | 8,1 | 7,2 | 5,7 |
| Argentina | 7,4 | 14,3 | 15,1 | 17,4 | 19,7 | 17,3 | 13,6 | 11,6 | 10,2 | 8,5 | 7,9 | 8,7 | 7,7 | 7,2 | 7,3 |
| Bolívia | 7,3 | 7,2 | 7,5 | 8,5 | 8,7 | 9,2 | 6,2 | 8,1 | 8,0 | 7,7 | 6,7 | 7,9 | 6,5 | 5,8 | n/d |
| Brasil | 4,3 | 7,6 | 7,1 | 6,2 | 11,7 | 12,3 | 11,5 | 9,8 | 10,0 | 9,3 | 7,9 | 8,1 | 6,7 | 6,0 | 5,5 |
| Chile | 7,8 | 10,1 | 9,7 | 9,9 | 9,8 | 9,5 | 10,0 | 9,2 | 7,7 | 7,1 | 7,8 | 9,7 | 8,2 | 7,1 | 6,4 |
| Colômbia | 10,5 | 19,4 | 17,3 | 18,2 | 18,1 | 17,1 | 15,8 | 14,3 | 13,1 | 11,4 | 11,5 | 13,0 | 12,4 | 11,5 | 11,3 |
| Equador | 6,1 | 14,4 | 9,0 | 10,4 | 8,6 | 9,8 | 9,7 | 8,5 | 8,1 | 7,4 | 6,9 | 8,5 | 7,6 | 6,0 | 4,8 |
| Paraguai | 6,6 | 9,4 | 10,0 | 10,8 | 14,7 | 11,2 | 10,0 | 7,6 | 8,9 | 7,2 | 7,4 | 8,2 | 7,8 | 6,5 | n/d |
| Peru | 8,3 | 9,2 | 8,5 | 9,3 | 9,4 | 9,4 | 9,4 | 9,6 | 8,5 | 8,4 | 8,4 | 8,4 | 7,9 | 7,7 | 7,0 |
| Uruguai | 8,5 | 11,3 | 13,6 | 15,3 | 17,0 | 16,9 | 13,1 | 12,2 | 11,4 | 9,6 | 7,9 | 7,6 | 7,1 | 6,3 | 6,2 |
| Venezuela | 10,4 | 15,0 | 13,9 | 13,3 | 15,8 | 18,0 | 15,3 | 12,4 | 10,0 | 8,4 | 7,3 | 7,8 | 8,6 | 8,3 | 8,0 |

Fonte: CEPAL. Base de Datos y Publicaciones Estadísticas. Elaboração própria.

Por outro lado, a partir de 2005, ao contrário do que acontece atualmente nos EUA e Europa, as taxas de desemprego despencaram em toda a América Latina e Caribe e alcançaram percentuais abaixo de 7%. Em alguns países, esse nível é o menor dos últimos 30 anos (tabela 9). A honrosa exceção fica por conta da Colômbia, onde o desemprego parece não sair dos 10%, apesar de a região passar pelo melhor momento econômico. Pode ser coincidência, mas parece que isso tem relação com a persistência desse país em adotar um modelo de crescimento e desenvolvimento econômico baseado nas premissas neoliberais e conservadoras.

A respeito da expansão dos níveis salariais, em alguns países da região, a recuperação do salário mínimo tem sido expressiva, com aumentos reais e recomposição das perdas. O caso da Argentina, por exemplo, é emblemático. Depois de uma queda de aproximadamente 20 pontos percentuais no nível do salário básico durante os anos que sucederam a forte crise e recessão econômica (2001), a partir de 2004, o país se recupera e essa taxa se multiplica por mais de duas vezes e meia até 2011 (tabela 9).

Chama atenção, também, a recuperação dos salários básicos no Uruguai, Brasil e Equador. No caso brasileiro, desde 2002, o salário real cresceu 72% acima da inflação. Somente na Venezuela, Paraguai e Colômbia o incremento é muito baixo, ou instável, em relação ao início da década. No caso venezuelano, as constantes crises políticas, em razão da luta de classes, e a variação dos preços do petróleo no comércio internacional podem ter influenciado esses resultados.

O nível de preços na América do Sul, não obstante o crescimento econômico, diminuição extraordinária das taxas de desemprego e ampliação do consumo, continua moderado, bem diferente de épocas passadas, quando a região foi extremamente castigada pelos processos hiperinflacionários, decorrentes, em grande parte, das crises da dívida externa e cambiais. Para a década de 2000, a média da taxa de inflação dos países do Cone Sul não superou 6,5%. Em alguns casos (Brasil e Paraguai, em 2002, por exemplo), os níveis inflacionários atingiram os dois dígitos, mas corrigidos nos anos posteriores (tabela 10).

Cabe destacar, ainda, que a economia latino-americana, especialmente a sul-americana, evolui e segue trajetória completamente distinta dos resultados alcançados pela Europa. Do ponto de vista dos indicadores apresentados, o crescimento econômico, a geração de emprego, o aumento da renda e atenuação das desigualdades sociais e a expansão dos gastos públicos na área social estão permitindo à América do Sul retomar o desenvolvimento nos últimos anos. Na área social, os investimentos têm aumentado igualmente.

Tabela 9 – Crescimento acumulado do salário mínimo, América do Sul e países selecionados (índice anual médio 2000=100)

| Países | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Argentina | 100,0 | 101,1 | 81,3 | 84,0 | 129,8 | 171,1 | 193,2 | 219,6 | 253,3 | 292,1 | 321,3 | 364,4 |
| Bolívia | 100,0 | 110,8 | 116,0 | 116,9 | 112,0 | 106,3 | 111,1 | 109,7 | 108,0 | 117,0 | 119,9 | 130,9 |
| Brasil | 100,0 | 109,8 | 114,3 | 117,4 | 121,4 | 128,5 | 145,3 | 154,8 | 160,8 | 172,7 | 182,1 | 182,1 |
| Chile | 100,0 | 103,8 | 106,8 | 108,3 | 111,3 | 113,4 | 116,3 | 118,5 | 118,3 | 124,7 | 127,7 | 129,8 |
| Colômbia | 100,0 | 101,2 | 101,9 | 102,0 | 103,8 | 105,0 | 107,9 | 108,6 | 106,9 | 110,3 | 111,6 | 111,8 |
| Equador | 100,0 | 111,5 | 112,5 | 119,3 | 122,2 | 125,9 | 130,0 | 135,1 | 146,7 | 152,0 | 161,5 | 170,0 |
| Paraguai | 100,0 | 103,7 | 102,9 | 105,8 | 102,4 | 104,4 | 106,7 | 103,9 | 101,3 | 102,0 | 102,5 | 105,2 |
| Peru | 100,0 | 101,2 | 101,0 | 102,2 | 106,9 | 105,1 | 112,0 | 111,7 | 114,5 | 111,2 | 110,1 | 120,7 |
| Uruguai | 100,0 | 98,7 | 88,7 | 77,7 | 77,5 | 131,9 | 153,2 | 159,6 | 176,9 | 194,4 | 196,8 | 227,7 |
| Venezuela | 100,0 | 100,0 | 94,5 | 83,3 | 92,7 | 103,7 | 113,9 | 114,4 | 107,1 | 99,4 | 93,8 | 92,9 |

Fonte: CEPAL, Base de Datos y Publicaciones Estadísticas. Elaboração própria.

Tabela 10 – Variações dos índices de preços ao consumidor, América do Sul, países selecionados (%)

| Países | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|-------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Argentina | -0,7 | -15,4 | 4,1 | 3,6 | 6,1 | 1,2 | 9,8 | 8,4 | 7,2 | 7,6 | 1,0 | 7,9 |
| Bolívia | 3,4 | 0,9 | 2,4 | 3,9 | 4,6 | 4,9 | 4,9 | 1,1 | 1,1 | 0,2 | 7,1 | 6,0 |
| Brasil | 5,9 | 7,6 | 12,5 | 9,3 | 7,6 | 5,6 | 3,1 | 4,4 | 5,9 | 4,3 | 5,9 | 5,4 |
| Colômbia | 8,7 | 7,6 | 6,9 | 6,4 | 5,4 | 4,8 | 4,4 | 5,6 | 7,6 | 2,0 | 3,1 | 3,1 |
| Chile | 4,5 | 2,6 | 2,8 | 1,0 | 2,4 | 3,6 | 2,5 | 7,8 | 7,0 | -1,3 | 2,9 | 3,4 |
| Equador | 9,0 | 2,2 | 9,3 | 6,0 | 1,9 | 3,3 | 2,8 | 3,3 | 8,8 | 4,3 | 3,3 | 4,6 |
| Paraguai | 8,6 | 8,3 | 14,6 | 9,3 | 2,8 | 9,8 | 1,2 | 5,9 | 7,5 | 1,8 | 7,2 | 4,1 |
| Peru | 3,7 | -0,1 | 1,5 | 2,4 | 3,4 | 1,4 | 1,1 | 3,9 | 6,6 | 0,2 | 2,0 | 4,0 |
| Uruguai | 5,0 | 3,5 | 2,5 | 1,0 | 7,5 | 4,9 | 6,3 | 8,5 | 9,1 | 5,9 | 6,9 | 7,3 |
| Venezuela | 1,3 | 1,2 | 3,1 | 2,7 | 1,9 | 1,4 | 1,6 | 2,2 | 3,1 | 2,6 | 2,7 | 2,3 |
| Média Geral | 4,9 | 1,8 | 6,0 | 4,6 | 4,4 | 4,1 | 3,8 | 5,1 | 6,4 | 2,8 | 4,2 | 4,8 |

Fonte: CEPAL, Base de Datos y Publicaciones Estadísticas. Elaboração própria.

Em 2000, a média do gasto público social como porcentagem do PIB, em boa parte do Cone Sul, alcançou 13,7%, chegando a 17,4%, em 2009 (tabela 11). Destaca-se, nesse processo, a expansão desses gastos por parte do Brasil. Durante toda a década, a despesa social evoluiu de 21,1% para 27%. Compartilham de tal condição a Argentina (21,4% para 27,7%) e o Equador (2,6% para 9,8%).

Portanto, o desempenho econômico e social, no geral, da América Latina e Caribe, mais precisamente da América do Sul, *vis-à-vis* à situação da Europa e Estados Unidos, depois do descarrilamento da economia capitalista nesses dois territórios na segunda metade da primeira década do século XXI, é mais favorável do ponto de vista dos elementos e fatores apresentados e analisados.

Tabela 11 – Evolução do gasto público social, América do Sul, países selecionados (% do PIB a preços correntes)

| Países | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|-------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Argentina | 21,4 | 22,1 | 19,6 | 19,1 | 18,8 | 19,9 | 20,8 | 22,8 | 23,9 | 27,7 | n/d |
| Bolívia | 16,3 | 17,7 | 18,7 | 18,8 | 18,1 | 17,6 | 16,8 | 17,3 | 18,4 | n/d | n/d |
| Brasil | 21,1 | 21,2 | 21,8 | 22,4 | 22,3 | 22,5 | 23,7 | 24,4 | 24,8 | 27,0 | n/d |
| Chile | 14,9 | 15,2 | 15,1 | 14,4 | 13,4 | 12,8 | 12,0 | 12,3 | 14,1 | 16,7 | 15,6 |
| Colômbia | 10,7 | 11,4 | 11,5 | 10,6 | 10,9 | 12,8 | 12,0 | 12,6 | 12,5 | 14,4 | 13,6 |
| Equador | 2,6 | 4,4 | 4,4 | 4,0 | 4,2 | 4,6 | 4,7 | 8,8 | 7,3 | 9,3 | 9,8 |
| Paraguai | 9,8 | 6,2 | 10,2 | 7,4 | 7,3 | 8,1 | 9,2 | 9,1 | 8,4 | 11,0 | 11,0 |
| Peru | 8,6 | 9,3 | 9,6 | 9,4 | 9,5 | 9,5 | 8,9 | 8,8 | 8,7 | 10,0 | 9,9 |
| Uruguai | 20,6 | 22,4 | 22,7 | 20,7 | 19,4 | 19,6 | 20,4 | 21,9 | 21,6 | 23,3 | n/d |
| Venezuela | 11,0 | 12,2 | 11,2 | 12,0 | 11,7 | 11,5 | 13,5 | n/d | n/d | n/d | n/d |
| Média Geral | 13,7 | 14,2 | 14,4 | 13,8 | 13,5 | 12,6 | 14,2 | 13,8 | 15,2 | 17,4 | 11,9 |

Fonte: CEPAL. Base de Datos y Publicaciones Estadísticas. Elaboração própria.

Entretanto, fatores como a atenuação das desigualdades sociais, o aumento da renda nessa parte da periferia capitalista e as melhorias nas taxas de emprego e salários não autorizam imaginar que estamos no melhor dos mundos. O capitalismo na periferia latino-americana, especialmente, sul-americana, não se apresenta de modo uniforme, tampouco é capaz de remover problemas estruturais e históricos nos países da região. Pelo contrário, as forças produtivas e as relações de produção nessa parte do mundo têm se adaptado (e até mesmo reforçado) às estruturas do atraso e condições de exploração econômica e social.

Esse panorama mais favorável pode ofuscar a crítica ao mundo do trabalho e produção capitalistas. Por outro lado, a complexidade da sociedade contemporânea e a maneira e escala com que o capital tem se reproduzido, dificulta uma análise mais sistêmica e abrangente da história. Por isso, qualquer tentativa de se compreender o papel e funções da periferia nesse turbilhão de mudanças, num contexto de fortes crises do capital, é arriscada e temerária. Por enquanto, é mais fácil, honesto e menos ambicioso tentar compreender o que se passa no capitalismo contemporâneo e o papel, por exemplo, dos países da América Latina e do Sul no plano das reflexões gerais. Isso é feito na próxima seção.

4 Os grandes desafios do capitalismo contemporâneo

As crises no capitalismo também são fenômenos contraditórios. Se, por um lado, anunciam os limites do processo de acumulação de capital e as dificuldades de reprodução e criação de valor, por outro, podem ser úteis como ajustamentos do próprio sistema, com a forte destruição do valor e reestruturação do mercado de trabalho. Novos produtos, formas organizacionais e espaços podem ser explorados com o processo de destruição criativa de valor acumulado no passado e avanços nas inovações. Por essa razão concordamos com a afirmação de Harvey (2011, p. 65)

[...] as crises são, de fato, não apenas inevitáveis, mas também necessárias, pois são a única maneira em que o equilíbrio pode

ser restaurado e as contradições internas da acumulação do capital, pelo menos temporariamente, resolvidas. As crises são, por assim dizer, os racionalizadores irracionais de um capitalismo sempre instável.

Em determinada ocasião, indagado sobre a Grande Depressão, seus determinantes e consequências, o economista Joseph Schumpeter declarou que as crises são como duchas frias no capitalismo (HEILBRONER, 1996, p. 270). Certamente, com isso, ele quis dizer que as forças produtivas do sistema, em algum momento, em algum ponto de seu desenvolvimento histórico, perdiam dinamismo e nessas ocasiões o papel das inovações e o empresário empreendedor adquiriam importâncias cruciais²³. Entretanto, ao contrário do economista austríaco, é preciso reconhecer que as crises não se concentram apenas na saturação das forças produtivas, mas, essencialmente, em razão dos movimentos contraditórios que o modo de produção capitalista produz. As crises acontecem quando o sistema cria um nível de riqueza tão impressionante para os padrões de determinada época, que a possibilidade de continuar fazendo crescer essa riqueza esbarra nas dificuldades de escoar e destruir o próprio valor produzido, seja ele na forma mercadoria ou mercadoria-dinheiro.

A expansão das crises e o encurtamento dos períodos em que elas ocorrem, em espaços integrados do capitalismo mundial, são consequência da necessidade imperiosa de continuar crescendo as taxas compostas de criação de riqueza (HARVEY, 2011). Não é sem motivos que, há pelo menos quatro décadas, desde o fim do ciclo de prosperidade de crescimento, depois da II Guerra Mundial, o sistema capitalista vem sofrendo uma profunda e gradual reestruturação. Também é preciso reconhecer que, nesse período próspero, houve uma relativa distribuição da riqueza, plasmada, por exemplo, no desenvolvimento do *Welfare State* e nos avanços dos direitos humanos, inclusive no direito à vida. São justamente essas conquistas sociais e políticas que vemos destroçadas, de forma gradual, em algumas regiões, e de forma violenta e rápida

²³ “As crises também oferecem oportunidades para ‘deparações’ do processo de acumulação capitalista, à custa dos salários e das condições de trabalho e em benefício dos lucros dos investidores. Crises são fases de ‘destruição criativa’” (SCHUMPETER apud ALTVATER, 2010, p. 72).

noutras, para dar maior velocidade aos ciclos de produção de valor e riqueza (ALTVATER, 2010, p. 94-103).

É importante reforçar o argumento segundo o qual no centro do capitalismo mundial, no eixo Europa Ocidental-EUA, o crescimento e a participação ativa da sociedade e, principalmente, a mobilização e ação política dos trabalhadores sindicalizados (uma característica do modelo fordista de produção que se espalhou pelo mundo) contrabalançou as forças inerentes à natureza da produção de capital e garantiu espaços de representação e acesso à riqueza produzida no pós II Guerra. A melhoria das condições de vida de uma parte considerável da população de países industriais avançados foi possível em razão da luta dos trabalhadores, das tragédias políticas, sociais e econômicas que atingiram o coração do sistema, no século XX, bem como das consequências do avanço acelerado e devastador do sistema de produção²⁴.

Entretanto, conforme se apontou inicialmente, desde a década de 1970 e, com a ascensão dos governos neoliberais (porém intervencionistas, em favor de assegurar os direitos do capital em se reproduzir), simbolizados por Ronald Reagan (Estados Unidos) e Margaret Thatcher (Inglaterra), a *institucionalidade* do capitalismo contemporâneo vem sofrendo modificações para reforçar e se adaptar às mudanças estruturais que ocorreram no desenvolvimento das relações sociais e nas novas formas de produção.

Daquela década até aqui, o que se percebe é um profundo reajustamento em dois sentidos muito claros. Primeiro, um processo brutal, acelerado e profundo de reestruturação do mercado de trabalho e destruição dos direitos conquistados e assegurados durante a segunda metade do século XX. A situação da Europa é emblemática porque, com a crise, o que restou do Estado do Bem-Estar Social está sendo destruído, em troca dos compromissos que os governos assumiram com credores (privados e estatais) das dívidas soberanas. O resultado disso são as políticas de austeridade fiscal, redução dos gastos públicos, diminuição de salários, supressão de direitos e aumento de impostos.

A incorporação da China à nova divisão internacional do trabalho acelera o movimento mundial de ofensiva do capital contra

²⁴ Os três episódios mais marcantes foram a I e II Guerras Mundiais e a Grande Depressão de 1930. Sobre o assunto ver Hobsbawm (1995) e Polanyi (2000).

os trabalhadores, uma vez que a economia capitalista do império do sol já nasceu e desenvolve-se garantindo apenas os mínimos direitos aos trabalhadores. Não é sem razão que, nos últimos trinta anos, ela se tornou a fábrica mundial, responsável pelo deslocamento de empresas e investimentos em busca de força de trabalho barata e disciplinada. Nessas condições, a competitividade chinesa poderá ser enfrentada se o resto do mundo capitalista reduzir seus custos produtivos, o que implica, também, reconsiderar os custos da força de trabalho²⁵. Assim, o crescimento do desemprego nos Estados Unidos e na Europa faz crescer também o exército “industrial” de reserva e ajuda a puxar para baixo o valor da força de trabalho.

O segundo aspecto diz respeito às profundas mudanças engendradas pela chamada Terceira Revolução Tecnológica. Daí, surgiram formas de produção, com base na ampliação do conhecimento científico e no desenvolvimento das áreas de computação, informação e robótica, por exemplo. Tanto o barateamento da força de trabalho (capital variável), em razão do aumento global do desemprego e do crescimento do exército industrial de reserva, quanto a incorporação de tecnologias, que barateiam os meios de produção (capital constante), como máquinas, instrumentos de trabalho, matérias-primas etc., permitem a renovação do ciclo de produção capitalista numa espiral de acumulação de capital impressionante.

Com esse processo de acumulação a taxas compostas e a elevação da riqueza mundial, cresceu a imperiosa necessidade de distribuir melhor o dinheiro em outras fontes de riqueza, inclusive em ganhos não diretamente relacionados à produção de valor. O desenvolvimento dos mercados financeiros, desde a década de 1970, na esteira da produção de acumulação global, com inovações nas operações e venda de serviços, tornou-se, *pour l'excellence*, o ambiente preferido e refúgio na busca pela “criação” de riqueza rápida e solúvel.

Não é à toa que, nos últimos quarenta anos, o desenvolvimento dos mercados financeiros tornou-se uma das fronteiras do capital acumulado

²⁵ Na mesma linha de interpretação está Altvater (2010, p. 104ss). Segundo ele, as diferenças salariais entre países deixaram de existir e foram niveladas para baixo.

em sua ânsia de continuar se reproduzindo, diante das dificuldades de intensificar esse ciclo em razão do crescimento da desigualdade de riqueza no mundo e dos limites impostos pelos gastos e despesas estatais²⁶. Assim, a ampliação dos mercados financeiros, com produtos e perspectivas de acumulação de riqueza, sem passar pelo ciclo de produção de valor na esfera produtiva, funcionou como válvula de escape nas décadas de 1980 e 1990 (conforme gráfico 1). Agora, no entanto, transformou-se num elemento de instabilidades, crises e pressão sobre os recursos naturais não renováveis²⁷.

Portanto, naquelas duas décadas, uma nova *administração política* do capitalismo desenvolveu-se e ganhou robustez, adquirindo no “*cockpit*” do sistema o que Fernand Braudel, certa vez, denominou *haute finance*. As classes rentistas, que vivem das rendas oriundas do jogo de apostas e especulação desses mercados, juntamente com o poder do Estado, impuseram à sociedade mundial a lógica neoliberal; das liberações financeiras e comerciais, endividamento público, controle fiscal para inibir gastos públicos sociais e de custeio, “independência” dos Bancos Centrais e redução da participação do Estado como protagonista a rivalizar com os capitais produtivos.

No coração do sistema de crédito está um conjunto de acordos que constitui o que chamo de “nexo Estado-finanças”. Isso descreve a confluência do poder estatal e das finanças que rejeita a tendência de ver o Estado e o capital como claramente separáveis um do outro. Isso não significa que o Estado e o capital tenham constituído no passado ou agora uma identidade, mas que existem estruturas de governança (como o poder sobre a confecção da moeda real no passado e os bancos centrais e ministérios do Tesouro hoje) nas quais a gestão do Estado para a criação do capital e dos fluxos monetários torna-se parte integrante, e não separável, da circulação do capital (HARVEY, 2011, p. 47).

²⁶ “A virada para a financeirização desde 1973 surgiu como uma necessidade. Ofereceu uma forma de lidar com o problema da absorção do excedente” (HARVEY, 2011, p. 33).

²⁷ “Juros reais elevados nos mercados financeiros demandam taxas elevadas de crescimento real na indústria produtora, na agricultura, no setor de serviços: em duas palavras, na economia real. No entanto, escasseiam as fontes primárias fósseis de energia que lubrificam o crescimento” (ALTVATER, 2010, p. 33).

Conforme a teoria marxiana, a produção de valor e mais-valia não ocorre na esfera da circulação. O processo de concessão de empréstimos e financiamentos e a administração da riqueza de terceiros, atividades tradicionais do sistema financeiro, é um movimento de deslocamento do capital na forma de papéis, sejam eles dinheiro, títulos financeiros etc. No entanto, o capital excedente que circula como papéis, em algum momento, transforma-se em mercadorias ou ativos que, direta ou indiretamente, produzirão valores. Para criar valores, são necessários meios de produção e força de trabalho.

Os grandes investimentos capitalistas têm recorrido cada vez mais ao sistema financeiro, uma forma de garantir o capital-dinheiro, ou parte dele, e começar o tempo de produção. Reiteradamente, os “donos” do dinheiro querem alcançar os resultados operacionais das empresas com rapidez, para que lhes sejam devolvidos o montante emprestado e a mais-valia, extraída e transformada em pagamento de juros. A velocidade intensa para reaver os valores jogados em circulação pelo sistema financeiro é fundamental para que novas apostas, sejam em papéis ou atividades produtivas, não parem.

Esse ímpeto na busca da valorização do capital na esfera financeira permite aos agentes econômicos e instituições dos mercados financeiros correr mais riscos e assumir posições de extrema vulnerabilidade. Por outro lado, o movimento de acumulação nessa esfera, juntamente com o processo mais longo de produção de valor e acúmulo de excedentes, verdadeira raiz da riqueza global, impõe, numa escala infinita, a missão de continuidade de crescimento a taxas compostas.

O incessante movimento de acumulação pressiona o sistema econômico a atuar em várias frentes. Podemos citar, por exemplo: a necessidade de expandir os mercados, com abertura de fronteiras de produção e acumulação, como o Leste Asiático e América Latina e África; inovações tecnológicas, com a ciência e pesquisa a serviço do desenvolvimento de produtos e meios de produção; a necessidade de ampliação da infraestrutura e logística para atender às necessidades de produção, circulação e distribuição. Tudo isso faz pressão sobre a oferta de recursos naturais com a intensificação do usufruto da natureza.

Uma das clássicas contradições no modo de produção do capital é a relação social entre os donos do capital e da força de trabalho. Outra incoerência importante, e que deve ser alvo de obstáculos à continuidade do processo de acumulação de capital, é a relação entre as forças produtivas e a natureza²⁸. A transformação de boa parte dos elementos da natureza em mercadorias e a necessidade de comercialização destas, sejam elaboradas ou não, têm provocado impactos que resultam no aquecimento da terra, na extinção de animais e florestas, na contaminação de rios e mares e na diminuição dos estoques de recursos não renováveis.

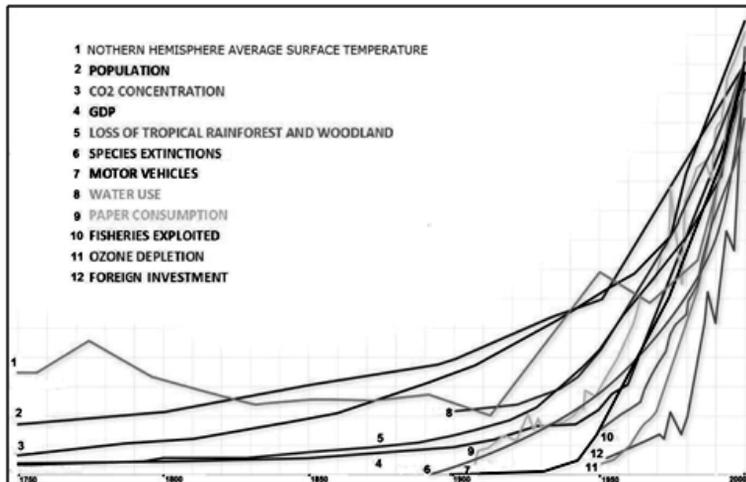
O gráfico 9 a seguir é importante porque permite uma visualização geral do comportamento de algumas variáveis da dinâmica da sociedade contemporânea, a partir do século XX. Como se pode ver, em termos de crescimento, todas as linhas convergem a começar de 1900 e, mais acentuadamente, depois de 1950. Aqui, o capitalismo alcançou um extraordinário momento de expansão planetária, em que o carro-chefe é o deslocamento das transnacionais e o padrão de consumo norte-americano. As curvas da figura demonstram: se a sociedade continuar com o atual modelo de produção e padrão de consumo terá dificuldades crescentes no futuro. Por um lado, a necessidade de produzir e acumular riqueza pressiona os recursos naturais e mercantiliza grande parte do que é extraído²⁹. Por exemplo: ao utilizar sofisticados GPS para localizar e capturar cardumes, a produção pesqueira contribui para a extinção de várias espécies, como é o caso do atum, comercializado nos mercados de Tóquio, no Japão. A produção de veículos pressiona os recursos não

²⁸ Lendo um dos últimos trabalhos de Altvater (2010, p. 24), encontramos um trecho que corrobora com a nossa opinião: “As contradições atuais da evolução do capitalismo não resultam apenas do antagonismo social entre a classe operária e o capital, mas também do metabolismo social com a natureza, dos fluxos de energia e materiais, das condições internas da relação entre a sociedade e natureza”.

²⁹ Basta considerar que as 200 maiores empresas do mundo possuem um valor em bolsa de valores de 7,4 trilhões de dólares. Segundo relatório da *Organização Carbontracker Initiative*(2012), muitos investidores apoiam fortemente a exploração de reservas de combustíveis fósseis para obter ganhos rentistas de curto prazo, contribuindo, de forma indireta, para a deterioração da atmosfera etc. Conforme Altvater, numa análise sóbria e abrangente, “no sistema energeticamente fechado do capitalismo [...] as energias primárias fósseis, que se formaram na crosta terrestre no transcurso de milhões de anos, são usadas no lado *input*, mas algum dia deverão estar esgotadas. Por sua vez, os produtos de combustão das fontes primárias de energia remanescem por muito tempo na atmosfera e possuem a característica inquietante de impedir a irradiação de calor para o espaço, de modo que a atmosfera da Terra esquenta e, por conseguinte, o planeta se transforma numa estufa [...] esse processo atingiu dimensões tão dramáticas que se fala em ‘uma catástrofe climática’ [...] Tais limites da natureza opõem-se à infinita dinâmica (autorreferencial) acumulativa do capitalismo global, à sua forma social” (ALTVATER, 2010, p. 23-24).

renováveis, como petróleo e gás, e ainda faz aumentar a concentração de CO² na atmosfera. A opção pelo etanol certamente ocasionará o uso intenso de água e, mais uma vez, a necessidade de produção de energia para a terra, tal como ocorreu no século XVIII, em que havia uma rivalidade na produção de alimentos (HARVEY, 2011, p. 71).

Gráfico 9 – Macrotendências de variáveis do capitalismo contemporâneo



Fonte: New Scientist (October, 2008, p. 40) apud Sachs, Lopes e Dowbor (2010, p. 3).

O questionamento da prestigiada revista científica *New Scientist* é conveniente para esta discussão e levanta suspeita sobre a possibilidade de o modo de produção capitalista continuar com taxas compostas de crescimento, quando trilhões de dólares e euros são destinados para salvar a banca internacional, com sede principalmente nos Estados Unidos e Europa, a despeito da crise do emprego e “assalto” aos direitos da população que, nessas regiões, sofre com a crise:

The science tells us that if we are serious about saving the Earth, we must reshape our economy. This, of course, is economic heresy. Growth to most economists is as essential as the air we breathe: it is, they claim, the only force capable of lifting the poor out of poverty, feeding the world’s growing population, meeting the costs of rising public spending and stimulating technological

development – not to mention funding increasingly expensive lifestyles. They see no limits to growth, ever. In recent weeks it has become clear just how terrified governments are of anything that threatens growth, as they pour billions of public money into a failing financial system. Amid the confusion, any challenge to the growth dogma needs to be looked at very carefully. This one is built on a long standing question: how do we square Earth's finite resources with the fact that as the economy grows, the amount of natural resources needed to sustain that activity must grow too? It has taken all of human history for the economy to reach its current size. On current form, it will take just two decades to double (NEW SCIENTIST apud SACHS; LOPES; DOWBO, 2010, p. 4).

Portanto, as crises econômicas nos Estados Unidos (2007/2008) e Europa (2009/2011) são capítulos de uma crise mais geral do processo de produção capitalista. Infelizmente, a busca desenfreada por taxas compostas de crescimento na acumulação arrasta, inevitavelmente, a sociedade e a natureza para instabilidades e degradação, situações próximas da barbárie.

5 Considerações finais

A crise econômica no centro do capitalismo internacional parece não dar trégua e o baixo dinamismo econômico continuará, com o agravamento das diferenças no tocante à riqueza e renda, sobretudo na Europa, onde o índice de desemprego é muito alto, a desigualdade é crescente e o Plano Plurianual 2013-2020 foi aprovado com indicação de redução de gastos públicos, diminuição de repasses, principalmente nos países mais afetados, como Espanha e Portugal.

O desempenho socioeconômico dos países da América do Sul na década de 2000 supera o dos Estados Unidos e o da Europa. A redução da pobreza e miséria são as características mais fortes e esse movimento ajudou a alavancar o mercado de massas na região, sobretudo no Brasil. Entretanto, o crescimento econômico, puxado pelo auspicioso período de crescimento da economia internacional, entre 2003 e 2008, dificilmente

se repetirá, em razão de persistirem problemas estruturais, como elevada vulnerabilidade externa, dependência tecnológica, grande exposição aos fluxos de capitais financeiros, desindustrialização etc. Apesar dos avanços na distribuição de renda e diminuição das desigualdades absolutas, a região continuará exportando produtos primários e se inserindo na economia internacional de forma dependente e subordinada.

Do ponto de vista sistêmico, a crise do capitalismo contemporâneo tem promovido ajustes e mudanças estruturais quase sempre com o objetivo de salvaguardar a riqueza já produzida e seus proprietários. A curto prazo, parece não existirem alternativas para o baixo dinamismo econômico, aumento das desigualdades e crescimento da pobreza em escala mundial, sem a intensa exploração dos recursos naturais e da força de trabalho. Diante da força e dos movimentos especulativos dos mercados financeiros, aliados às necessidades de expansão das fronteiras agrícolas e exportações *de commodities*, principalmente no capitalismo ascendente chinês, o que se desenha para o futuro é um rompimento radical das relações sociedade-natureza, com grandes prejuízos para a humanidade.

Referências

- ALTVATER, E. *O fim do capitalismo como o conhecemos: uma crítica radical do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILLI, P. (Org.). *Pós-neoliberalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BATISTA, P. N. O consenso de Washington e a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: LIMA SOBRINHO, B. et al. *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BORÇA JR., G. R.; TORRES FILHO, E. T. Analizando a crise do *subprime*. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, p. 129-159, 2008.

CALLAN, T. et al. The distributional effects of austerity measures: a comparison of six EU countries. *EUROMOD Working Paper*, n. EM6, 2011. Disponível em: <<https://www.iser.essex.ac.uk/publications/working-papers/euromod/em6-11>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

CARBON TRACKER INITIATIVE. *Unburnable Carbon: are the world's financial markets carrying a carbon bubble?* Disponível em: <<http://www.carbontracker.org/wp-content/uploads/downloads/2012/08/Unburnable-Carbon-Full1.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

CARCANHOLO, R. *A atual crise capitalista*. Observatorio Internacional de la Crisis. Disponível em: <<http://www.observatoriodelacrisis.org/2011/02/a-atual-crise-capitalista/?lang=pt-br>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

CHESNAIS, F. *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998.

_____. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHOSSUDOVSKY, M. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.

DENAVAS, C.; PROCTOR, B. D.; SMITH, J. C. *Income, Poverty, and Health Insurance Coverage in the United States: 2010*. BEA, United States. Disponível em: <<http://www.census.gov/prod/2011pubs/p60-239.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2012

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. In: CHESNAIS, F. (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 85-108.

ESPINHEIRA, G.; GOMES, F. G.; GOMES, A. *O livre pensamento nos fóruns sociais: teoria social crítica e economia política contemporânea*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2011.

FIORI, J. L. Entre Berlim e o Vaticano. *Carta Maior*, São Paulo, 16 fev. 2013. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=21623&boletim_id=1533&componente_id=26138>. Acesso em: 10 fev. 2012

_____. Estados, moedas e desenvolvimento. In: _____. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 49-86.

GOMES, F. G. O tempo do Brasil. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, v. 17, n. 2, maio/ago. 2013.

_____. Conflito social e WelfareState: Estado e desenvolvimento social no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 201-236, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n2/v40n2a03.pdf>>. Acesso em 10 fev. 2012.

_____. Economia política da crise do capitalismo central. *Revista de Economia Política do Desenvolvimento*, Maceió: FEAC/UFAL, v. 1, n. 4, p. 7-34, out./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/repd/article/viewFile/107/91>>. Acesso em 10 fev. 2012.

GONÇALVES, R. As locomotivas enferrujadas do capitalismo. *Análise Econômica*, Porto Alegre: UFRGS, ano 18, n. 33, p. 7-28, 2000.

_____. *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GONTIJO, C.; OLIVEIRA, F. A. *A crise da União Europeia (Why Pigs Can't Fly)*. Belo Horizonte: CORECON/ASSEMBG, 2012a.

_____; _____. *Subprime: os 100 dias que abalaram o capital financeiro mundial e os efeitos da crise sobre o Brasil*. Belo Horizonte: CORECON/ASSEMBG, 2012b.

GONZÁLEZ, F. Foco na austeridade é suicídio europeu. *Valor Econômico*, São Paulo, A-20, 28 nov. 2012. Entrevista concedida a Assis Moreira.

GOWAN, P. *A roleta global*. São Paulo: Record, 2004.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HEILBRONER, R. *A história do pensamento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HOBSBAWM, E. *A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LANDLER, M. Somente os bolsos chineses se enchiam. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 jan. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/newyorktimes/ny0501200902.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2012

NAVARRO, V. Produção e estado de bem-estar: o contexto político das reformas. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 28/29, p. 160-199, 1993.

NETTO, A. D. Economia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 jan. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinia/93551-economia.shtml>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

OLIVEIRA, F. Crise financeira? *Carta Maior*, São Paulo, 1º abr. 2009. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15900>. Acesso em: 22 mar. 2012.

OLIVEIRA, F. A. *Política econômica, estagnação e crise mundial: Brasil, 1980-2010*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2012.

ORTIZ, F. R. Crisis de la deuda y nueva gobernanza económica: una alternativa conservadora al gobierno económico europeo. In: WORLD ECONOMY MEETING, 14., 2012, Jaén, Espanha. *Anais eletrônicos...* Jaén, Espanha, 2012. Disponível em: <<http://xivrem.ujen.es/wp-content/uploads/2011/11/2-R-002M901.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

_____. Crisis de la deuda pública: ajuste social regresivo y nueva gobernanza econômica asimétrica. In: WORLD ECONOMY MEETING, 13., 2011, San Sebastián, Espanha. *Anais eletrônicos...* San Sebastián, Espanha, 2011. Disponível em: <<http://xiiirem.ehu.es/es/programa-detallado/>>. Acesso em: 12 fev. 2012

PADILLA, E. C. América Latina y Europa: lecciones de las crisis. In: WORLD ECONOMY MEETING, 13., San Sebastián, Espanha, 2011. *Anais eletrônicos...* San Sebastián, Espanha, 2011. Disponível em: <<http://xiiirem.ehu.es/es/programa-detallado/>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

SACHS, I.; LOPES, C.; DOWBOR, L. *Crises e oportunidades em tempos de mudança*. Disponível em: <<http://dowbor.org/2010/01/crises-e-oportunidades-em-tempos-de-mudanca-jan-2.html/>>. Acesso em: 10 fev. 2012

WALLERSTEIN, I. *La decadência del poder estadounidense*: Estados Unidos em um mundo caótico. Santiago: LOM Ediciones, 2005.

Recebido em: abril e junho de 2012.

Aprovado em: outubro de 2012.